# PORTIUGAL COLONIAL

N.º 21

Novembro-1932



Revista mensal de propaganda e expansão do Império Português

# Fomento Geral de Angola

(FOGERANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 5.400.000\$00

SEDE SOCIAL

Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º

End. Teleg. «FOGERANG»

REPRESENTAÇÃO EM ÁFRICA

Rua do Esquadrão, C. P. 332

End. Teleg. «FOGERANG»

EMPRENDIMENTOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E FINANCEIROS, EM ANGOLA, DIRECTAMENTE OU POR MEIO DE EMPRÊSAS QUE DELES ESPECIALMENTE SE OCUPEM.

#### SOCIEDADES FILIAIS JÁ ORGANIZADAS:

Companhía de Pescarias de Angola—Capital Esc. 1.000.000\$00
Companhía Agrícola-Pecuária de Angola—Capital Esc. 20.000.000\$00
Companhía de Combustíveis do Lobito—Capital £ 180.000.0.0
Companhía Industrial do Lobito—Capital £ 10.000.0.0
Companhía Geral dos Algodões de Angola—Capital Esc. 6.000.000\$00
Palmares de Angola—Capital Esc. 7.500,000\$00
Companhía de Cervejas de Angola—Capital £ 100.000.0.0
Emprêsa Angolense de Construções—Capital £ 30.000.0.0

Presidente do Conselho de Administração

Banco Burnay

Administrador-Delegado

Ernesto de Vilhena

### COMPANIA CEDAL DOS ALCODOCS DE ANCOLA

COMPANHIA GERAL DOS ALGODÕES DE ANGOLA

(COTONANG)

Sociedade Anónima, Responsabilidade Limitada

FÁBRICAS E OFICINAS DE DESCAROÇAMENTO E PRENSAGEM:

QUELA-CAMBO-CAMANA XÁMUTEBA-IONGO-CUALE FORTE REPÚBLICA LUREMO

Sede Social em LISBOA

Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º

Escritório em MALANGE
Caixa Postal N.º 68

0:0:0:0:0:0:0:0:0:0:0:0:0:0:0:

Escritório em LOANDA

Caixa Postal N.º 332

# COMPAGNIE COTONNIÈRE DU MOZAMBIQUE

(COTONMO)

Fábricas de descaroçamento e prensagem no território da Companhia de Moçambique:

NOVA-CHUPANGA, SONE,
MAGAGADE-CANXIXE

Sede Social em Bruxelas:

27, Rue du Trône

Escritório em África:

Nova-Chupanga (Chemba)



Ano II-Novembro de 1932 N.º 21

DIRECTOR

### HENRIQUE GALVÃO

ADMINISTRADOR E EDITOR ANTÓNIO PEDRO MURALHA

0

SEDE

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Emprêsa
PORTUGAL COLONIAL

10

PREÇO AVULSO

Metrópole (6 meses)... 18\$00 Colónias (6 meses)... 24\$00

0

COMPOSTO E IMPRESSO OTTOSGRAFICA LIMITADA

Conde Barão, 50 — LISBOA Visado pela Comissão de Censura

### 

### SUMÁRIO

A SECÇÃO COLONIAL NA GRANDE EXPOSIÇÃO INDUS-	
TRIAL PORTUGUESA	Henrique Galvão. Publicista colonial
Moçambique è o seu problema de irrigação	Trigo de Morais. Engenheiro e Director da Companhia do Buzi
A NEFASTA INFLUÊNCIA DA IMIGRAÇÃO ASIÁTICA NA CO-	
LÓNIA DE MOÇAMBIQUE	A. Lopes de Castro. Vice-Presidente da Direcção da Associação Comercial dos Lojistas
Página literária — O macaco e o macaqueiro	Angelo Dinia.
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	Manuel Pereira Figueiredo.
Crónica do mês	Н. б.
Notas do mês	***
Informações, etc	***
COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE	Lisboa de Lima.
Estatística	***

# A Secção Colonial na Grande

# Exposição Industrial Portuguesa

UEM puder isolar-se do azedume endémico do presente— a nossa parada habitual de pessimismos e desalento— e se der a olhar para os últimos vinte anos, concordará decerto que a causa colonial tem feito, na Metrópole, carreira que não seria de supôr nesse tempo atrazado em que os indigenas do Rossio tudo esqueciam e ignoravam de S. Julião da Barra para além.

Por efeito da importância que as causas coloniais ganharam por todo o mundo, por efeito também duma propaganda tenaz que todos os dias fixava novos adeptos, o que é certo é que, o caminho andado tem notável extensão. Existe já um «número» de pessoas que se interessam realmente pelas colónias, um grande número de simpatisantes pela causa e uma razoável quantidade de indivíduos que já não procuram Loanda em Moçambique nem pretos nos Açores.

E se nem sempre se fala e se pensa com bom senso e sentimento da verdade acêrca das colónias, já muitas vezes se fala nelas— e isso é de considerar como um resultado transitório e uma primeira fase da conquista de Portugal pelas

terras portuguesas de Além-Mar.

Reconhece-se também—ainda fora das crises febris do nosso pessimismo—que a propaganda verbalista dos nossos mais exuberantes faladores, começa a ser acompanhada por uma propaganda convincente e penetrante de factos e de accões.

A nossa representação na Exposição Colonial de Paris que, por vezes, teve o aspecto da representação duma consciência colonial; a agitação que certos problemas de S. Tomé, Angola e Moçambique têm sofrido; as Feiras de Amostras de Produtos portugueses nas colónias—finalmente, o éxito obtido pela Secção Colonia da Grande Exposição Industrial Portuguesa, são fases marcantes duma propaganda que já tem uma ordem, um método e um pensamento politico.

Se considerarmos ao mesmo tempo o desenvolvimento notável que se vem dando à produção portuguesa, e do qual esta grande Exposição Industrial foi uma prova convincente, o sentido colonial que se está dando a essa produção, havemos de concordar—sempre fora do nosso pessimismo de doentes imaginários—que êstes anos decorridos, são os dum periodo de arrumação, de progresso, de formação dum espirito e duma economia imperiais.

Há ainda muito que andar—e êsse é o ponto de apoio do nosso pessimismo. Estamos no principio prometedor duma obra—e nada mais. Evidentemente. Mas é tudo assim no Mundo e na vida.

E o que não nasce pequeno, de principio, para crescer e com faculdades de crescer, tem o ar de aborto que em si traz, como uma fatali-

dade, a própria condenação.

Pelas Colónias o movimento não é menos interessante se seguirmos ainda o processo de examinar uma série de anos em logar de tomar como fantasmas os acontecimentos do presente. Não só as suas economias se vão conduzindo num rumo que já não anda longe do da Metrópole como também parece tornar-se mais vivo, mais quente e, sobretudo, mais prático, o seu sentimento português.

A Secção Colonial constitui um dos grandes êxitos da presente Exposição. Todos o reconheceram e todos se regosijaram com éle.

Nas Colónias as Feiras de Amostras foram

hospitaleiramente recebidas e louvadas.

Do acontecimento não há que tirar conclusões agradáveis para as pessoas — mesmo que estas pessoas o mereçam.

Há sim que reconhecer, através dêle, a existência dum espirito de simpatia e acolhimento pelas cousas do Império que é o percursor moral, espiritual e económico do próprio Império em realidade.

Estas palavras que a Secção Colonial da Exposição nos sugeriu são palavras de otimismo e razões duma Razão para crer e prosseguir.

Que os pessimistas no-las perdõem. E não será dificil se também êles quiserem observar em conjunto o que tantas vezes insistem em observar através de análises doentias.

HENRIQUE GALVÃO

#### 

### HENRIQUE GALVÃO

Regressou de Angola e Moçambique no *Nyassa*, tendo retomado a direcção da *Portugal Colonial* o nosso director sr. Henrique Galvão.

O sr. Engenheiro dr. Trigo de Morais, um dos maiores valores desta geração, autor do projecto de irrigação do Vale do Limpopo e que em Moçambique tem realizado uma obra notável como director da Companhia do Buzi, quiz ter a amabilidade de ceder à nossa revista a conferência que estava para fazer em Lourenço Marques com a presença do sr. Ministro das Colónias e que, por motivo de doença não poude fazer.

Porque se trata dum trabalho que de modo algum poderia ficar no esquecimento e dum homem cujas altas qualidades de realizador, são uma das esperanças mais vivas da sua geração, a Portugal Colonial não quiz deixar de pôr em relêvo a honra que tem em receber a colaboração do ilustre colonialista.

# MOÇAMBIQUE E O SEU PROBLEMA DE IRRIGAÇÃO

Pelo Engenheiro TRIGO DE MORAIS

«Quiconque ne s'adapte pas à son époque, son époque le condamne à mort».

CF

IVIM dos últimos congressos de Irrigação, realizado em Zaragosa, assembleia de lavradores regantes e técnicos especializados em hidráulica agrícola, votou-se, por aclamação, a seguinte conclusão de tese, que a prática bem realizada impôs:

> «Toda a obra de rega bem concebida, em exploração, cría anualmente uma riqueza bruta, cuja importância se aproxima do custo da obra e em muitos casos o excede».

Nesta conclusão de tese, nesta verdade aceite como postulado por todos os países cultos e progressivos está, a meu ver, concentrado todo um programa de realizações que a Colónia de Moçambique desde há longo tempo pede, e agora as suas condições económicas exigem, sendo o momento que passa o mais azado e oportuno para dêle falarmos.

De facto, e sem embargo do maior respeito pela obra do Govérno que nesta Colónia se tem realizado, a presença, em Moçambique, de S. Ex.ª o Senhor Ministro das Colónias, dá-nos a todos a esperança, e a mim a certeza, de que o problema primário de Moçambique,—o da sua Agricultura Irrigada - vaí ser encarado de frente, resolvido e alicerçado ao edifício grandioso do Império Colonial Português, como o seu mais seguro esteio.

Ainda há bem pouco tempo disse o ilustre Ministro das Colónias de Portugal, que "o passado e o presente formam de nós uma Nação Imperial e que a idea de Império resultava sobretudo da existência de uma mentalidade particular fundamentada, essencialmente, na certeza que a Nação possui do valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção que pode prossegui-la, vencendo todas as dificuldades, — porque é êsse o seu direito,...

Ora em parte alguma do Império Colonial Português, atestados da obra realizada no passado terão a grandeza e a eloquência que nos legou o período de ocupação desta Colónia. E para todos aqueles que fazem das figuras culminantes dêsse período—António Enes e Mouzinho—modêlos de bem servir a Pátria, neles se encontra bem viva, bem firme e bem definida a vontade resoluta de prosseguir com a certeza de que o fazem pela grei, pela Colónia, e pela honra de Portugal.

Disse eu que a presença em Moçambique de Sua Excelência o Ministro das Colónias dá-nos a todos a garantia de que o problema da agricultura de regadio, que é o seu problema fundamental— (porque é da criação de riqueza agrícola que derivam e dependem todos os outros problemas de fomento.)—vai ser encarado de frente, resolvido mesmo. Nem outra coisa era de esperar da embaixada que o Govêrno da República aquí nos manda, trazendo a todos os portugueses de Moçambique a segurança de que a Metrópole os acompanha no seu trabalho e se sente presa aos seus destinos em todos os momentos, assegurando-lhes o mais estreito carinho e solidariedade, de que é fiador o nobre e ilustre Ministro que chefia e dirige tal embaixada, com tanto patriotismo, tamanha grandeza de alma e tão elevada fulguração de talento.

Senhor presidente da Associação do Fomento Agrícola da Colónia de Moçambique:

A V. Ex. a, pessoalmente, e à Associação a que tão dignamente preside, à qual eu tenho a desvanecida honra de pertencer como sócio honorário, a certeza do meu reconhecimento pela acção patriótica que, com tanto denôdo e desinterêsse, vem exercendo em beneficio dos agricultores, classe para quem vai o teste-

munho da minha mais franca e dedicada simpatia, porque, sendo a mais nobre em amor pela terra e em engrandecimento da Pátria, é, na sua modéstia sensibilisante, o maior e mais seguro fiador do futuro de Moçambique, e "a casa da moeda donde a Colónia tira a parcela principal dos seus recursos ouro,, como, em escrito da vossa Associação, ainda há bem pouco tempo se acentuava.

. .

Vou propor a V. Ex. as o tema da minha conferência: "MOCAMBIQUE E O SEU PROBLEMA DE IRRIGAÇÃO...

Porém, antes de entrar em matéria, perdõe-se-me que registe aqui por forma bem impressiva, própria de quem sabe o que quer e o que vem dizer, a advertência seguinte, que inteiramente adopto, tradução do aviso feito aos políticos de Egipto pelo eminente engenheiro inglês, Williams Willcoks, o maior obreiro da agricultura de regadio do Nilo:

— «Dos males que aponte e dos remédios que sugira, está afustada a baixa política, e toda a minha ambição se reduz a ver cultivados mais alguns milhares de fiectares dêste abençoado solo, que engrandeçam a Pátria».

Meus Senhores: Sendo a irrigação das terras, como afirma o economista Sertório do Monte Pereira na sua obra magistral — "A Produção Agrícola, — a pedra angular da agricultura, e sendo o problema agrário nas colónias portuguesas e até na Metrópole, um problema de hidráulica agrícola, impõe-se que, sem maiores delongas e tibiezas, investiguemos as chamadas soluções positivas da nossa produção ao sul do Save, tanto mais que não temos de nos preocupar, por enquanto, com o problema premente da colocação dos produtos, o que quero acentuar desde já com clareza e nitidez, visto saber de antemão que não tenho por mím a escola derrotista, ou seja a escola que vê na emigração do preto para Rand a única condição de vida de Moçambique.

Na verdade, se colocarmos com lógica e rigor científico a equação tradutora do problema económico e social desta Colónia, vemos que, não obstante os sacrifícios feitos pela Metrópole no sentido da melhoria do seu fomento, nos encontramos em um país de balança comercial desequilibrada em mais de dois milhões de libras, com anormal importação de artigos, que podem e devem ser produzidos aquí, vindos do estrangeiro a trôco de bom ouro, e que o problema do desemprêgo, se não é assustador, é mal sintomático que requere instante atenção resolutiva.

Tendo a Colónia de Moçambíque terras que rivalizam com as melhores do mundo, possibilidades de rega económica que a tornam apetecida e invejada, — possui, à evidência, todas as soluções positivas do seu problema. E como querer é poder, o caminho a seguir com dignidade rasgadamente se patenteia na nossa frente: — e é éle o do aproveitamento imediato dos vales fertilissimos de Moçambique, cujos estudos já possuímos, criando assim ríqueza própria que se traduza no bem estar dos colonos europeus e das populações indígenas. Estas, por nosso bem, já são rejeitadas lá fora, privando-nos dessa migalha doirada que de lá nos tem chegado e cuja utilidade não tem ido além da de fino narcótico aplicado com subtileza, e de que apenas resultou o estímulo da indolência e até a esterilização das terras.

De facto, cotejando os elementos estatísticos referentes à importação de géneros agrícolas alimentícios e à dos carburantes, e

ainda os que dizem respeito ao movimento emigratório de mão de obra indígena, a conclusão a que se chega, revela mal profundo, não só porque o quadro económico, na sua simplicidade elogüente nos informa que, por quinquénio, a balança comercial acusa agravamento médio superior a 1-1/4 milhões de libras, das quais 25 % se destinam à aquisição de produtos fàcilmente obtidos aqui, mas também porque dos 30 milhões de libras ganhas pelos 88.000 indígenas que Moçambique teve, em média, em serviço no Transvaal, em período ainda bem recente, não entraram no território nacional mais do que uns escassos 21 %, acompanhados do cortejo lúgubre de 48.652 estropiados, portadores e disseminadores de toda a casta de doenças contagiosas. E ao lado de tal quadro, e como complemento agravante dêste mal, urge reconhecer que as receitas da emigração estão representadas na Colónia por valores de rendimento nulo ou abaixo do mediocre, não sendo inoportuno ou cultura mórbida de que, aliás, o português tantas vezes enferma, relembrar as palavras do saŭdoso ministro João Belo, que a Moçambique tanto queria, quando, num desassombro digno da escola de Mouzinho, acentuava pela forma mais elevada, em documento que muito honra Portugal, que a nossa mediocre valorização e o engrandecimento das florescentes indústrias mineira e agrícola dos nossos ilustres vizinhos e amigos da União, haviam sido consegui-das com a mão de obra de Moçambique, e até, quási era indignidade confessá-lo, à custa da degradação e da destruição da popu-lação indígena do sul do Save. E não é doutrina de desalento, como disse, porque, na constatação de tal mal, não se pode ver nem deverá ser visto, mais do que a possibilidade de aumento do nosso potencial produtivo, já tão eloquentemente assinalado por todo o Império Colonial, servido sempre pelo capital da verdadeira dignidade, feito, como o tesouro do avarento, com muito trabalho, muitas canseiras e até privações bem dolorosas.

Destaca-se, pois, ao lado dos factores mesológicos e agrológicos, que fazem de Moçambique um país privilegiado ao ponto de poder encarar de frente, e vantajosamente, a luta de concorrência em que o mundo está empenhado, o da possibilidade de poder fornecer à sua agricultura nacional, mão de obra abundante e barata, determinante precioso de criação de riqueza, como no-lo in-dica no momento difícil que passa, o exemplo eloquente apresentado pelas Indias Neerlandezas, que tantas afinidades agrícolas tem

com Moçambique.

A par de tal possibilidade, que encerra ao mesmo tempo a feição do cumprimento de um dever nacional, não deixa de revestir interêsse e oportunidade o acentuar-se com clareza que a política que domina o pensamento português no que toca ao problema indígena não é a da exploração que, de resto, a nossa administração desconhece, nem tão pouco a da assimilação, mas sim a que tem por objectivo associar, na medida das suas capacidades, o indígena das colónias ao esfôrço civilizador da Metrópole, convertendo-o, progressivamente, pela educação, em um bom colaborador. E porque o respeito dos costumes indígenas se opõe a todo o padrão uniformizador e obriga à adopção de política que conserve a cada raça a sua fisionomia própria com a garantia de evolução adentro do seu ciclo tradicional, - de evidente interêsse é, para a idea imperial portuguesa, a criação de trabalho para as populações indígenas em a própria casa, despertando nelas, pelo exemplo e pela educação, o amor pela terra, a gratidão e o respeito pelo povo que as civilizou.

Nesta altura de política nacional, em que a Metrópole, qual pelicano abnegado, dá às colónias a própria vida, fazendo todos os sacrifícios para a valorização e saneamento das suas finanças e

da sua economia;

no momento em que a Metrópole, numa concepção absolu-tamente superior e nacionalista, dá às colónias a certeza da sua repulsa por toda a política que tenha por objecto acanhado, o fisco e a tesouraria, num receio justificado de desvio para caminhos errados como os que demoliram o império espano-americano; na altura ainda em que o Govêrno da República dá às suas

colónias, a garantia de que os benefícios que delas espera, são todos de ordem moral e de estreita e confiante colaboração, traduzida no ultramar, por uma franca e decidida preferência pelos produtos da indústria metropolitana, e em Portugal, pela garantia de abastecimento exclusivo de matérias primas coloniais, sublinhando assim as vantagens económicas e morais que há a tirar de tão vasto império;

eu julgo não ser esperança injustificada, pelo menos para os que à Colónia têm dado o melhor do seu trabalho e dedicação, aceitar, confiadamente, como chegado, o momento de assistirmos à execução do programa de realizações de que fala António Enes no seu luminoso relatório sôbre Moçambique, quando diz ser indispensável preparar terrenos, habitações, e meios de vida, para os nossos colonos, em vez de dispender as receitas locais e os sacrifícios da Metrópole em obras inúteis.

E se é certo que aos portugueses é inteiramente aplicável o que se afirma do império romano em decadência, na parte que diz que os romanos se não resignavam aos males que sofriam — «Nec vitia nec remedia pati possumus» — também é certo que, ao invés do mesmo povo, o colono português reage e adapta-se a todos os remédios que o curem.

E no caso de Moçambique, o que esta Colónia reclama do seu Ministro das Colónias, se não é remédio dos de mais fácil apli-cação, porque demanda muito estudo, muita persistência, e acima de tudo muita abnegação e firmeza para dominar uma fôrça monstruosa, a da Inercia, (a que urge vibrar certeiro golpe decisivo, que requere vontade e trabalho hercúleos), é, e tenhamos todos disso a certeza, tratamento de seguro e até rápida eficácia que dará à raça portuguesa a vitória gloriosa e aos descrentes a exauctoração.

Chego assim, meus senhores, ao ponto fundamental da minha conferência : falar-lhes da utilidade e indispensabilidade da rega na agricultura. Antes, porém, de prosseguir, um voto desejo formular : é o de que esta desvaliosa exposição tenha o mérito suficiente de, pelo menos, chamar a atenção do Govêrno da República, aqui tão nobremente representado por Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias, para a obra de misericórdia que a agricultura de Moçambique está implorando. Mas se tal objectivo não fôr conseguido, atribuam-o ao minguado préstimo de quem expõe e pede, e não porque ao assunto em questão falhem as características de problema nacional, ou não urja assegurar o nosso domínio de povo colonizador, de tal arte que, nunca mais seja ameaçado ou discutido.

Na crise de Moçambique a que estamos assistindo, quatro problemas, intimamente ligados, sobrepujam a tudo mais, em con-

tensão, amplitude, e oportunidade.

Têm por objecto os três primeiros a Irrigação e o aproveitamento agrícolo-industrial das terras dos vales da Colónia, nomeadamente os do Limpopo e do Umbeluzi, com a ligação do caminho de ferro de Xinavane ao primeiro vale; a criação, adentro do território nacional, de tráfego para as linhas férreas da Colónia existentes e movimento para o pôrto de Lourenço Marques, cujos 10 milhões de libras que o representam com o trôço de 89 quilómetros de linha férrea até Ressano Garcia, pesam, pela sua improdutividade e sangradouro permanente, como ferro em brasa na vida de Moçambique; e finalmente a utilização da mão de obra indígena da Colónia e consequente emancipação amiga do Rand, imposta pelas necessidades reais criadas na nossa África Oriental.

Ocupa-se, por último, o quarto problema indicado, das missões religiosas portuguesas, de sorte a que o apoio que se lhes deve se continue a efectivar por forma resoluta e desassombrada, visto

ser fundamental à soberania portuguesa.

Faltava eu ao que devo a mim próprio se não repetisse aqui aberta e claramente, junto de V. Ex.as, o que disse em outra conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, sôbre as missões religiosas portuguesas, cujos serviços em tão alto grau eram tidos por um governador que foi considerado, respeitado e acima de tudo querido por todos os que trabalham em Moçambique. Re-

firo-me ao dr. Alvaro de Castro.

Não quero incorrer naquela falta; mas também não quero abusar do favor da atenção de V. Ex.as, que com tanta benevolência me têm escutado, prolongando demasiadamente a minha conferência, tanto mais que ainda tenho muito que lhes dizer sôbre o tema escolhido, pelo que vou resumir, como segue, o meu respeito e a minha alta consideração pelo missionário digno dêste nome : os missionários, almas abnegadas, pioneiros da civilização de uma raça, arautos do conceito sagrado da Pátria, são os agentes mais poderosos do enraizamento da soberania de uma Nação, porque além de exercerem uma actividade persistente, progressiva, e cristă, levam consigo e espalham por toda a parte o elemento primário da existência de um povo: o ensino da sua língua, onde reside verdadeiramente o conceito de nacionalidade.

A obra de fomento agrícola no sul de Moçambique, cuja base tem de ser o aproveitamento das terras com culturas irrigadas, de sorte a dar a êsse aproveitamento a forma intensiva, fundamentada em ensinamentos modernos, e tirar-lhe a feição de jôgo de azar, colocando-a fora da mercê do clima, se está ainda por realizar, teve já o seu franco início nesta Colónia.

De facto, em 1925, sendo Governador Geral o honrado e integro magistrado Ex.mo Sr. Dr. Manuel Moreira da Fonseca, que a Colónia tão bem conhece pelo muito que deve ao exemplo nobilíssimo do seu carácter, - a quem daqui testemunho o meu respeito e a minha gratíssima homenagem, - teve a Política Hidráulica, que tão longe tem levado as nações mais prósperas e civilizadas do mundo, o seu glorioso arranque com a conclusão dos estudos definitivos da Irrigação e aproveitamento das terras dos vales do Limpopo e do Umbeluzi, e com o projecto de organização e montagem com material moderno que se chegou a adquirir, da Hidráulica Agrícola e Industrial, pensando-se assim quebrar o desfavorável contraste mantido com aquilo que, neste fundamental rumo de actividade, se topa logo ao de lá das fronteiras, e proporcionando também ao colono português trabalho que trouxesse o bem estar ao seu lar e a Moçambique e à Metrópole os produtos que vão comprar lá fora.

Muito se discutiu já o problema do aproveitamento do vale do Limpopo, no que diz respeito à precedência a estabelecer na execução dos projectos, visto haver dois: um que se ocupa da rega de 30.000 hectares, que tivemos a honra de subscrever, e ou-

tro que trata da irrigação de 20.000.

Para bem se avaliar da localização das terras de que trata um e outro projecto, ambos estudando terrenos da margem direita do rio Limpopo, relembremos que o vale do Limpopo, se estende, - pelo que diz respeito a aproveitamentos agrícolas e aptidões culturais, — desde a foz do río dos Elefantes, no Estivane, até à barra, a jusante da Vila João Belo.

Três zonas agrícolas, perfeitamente distintas, se encontram neste percurso: a primeira, (partindo de montante para jusante), é a do alto Limpopo, indo do rio dos Elefantes até 20 quilómetros a jusante do Cuijá; a segunda vai dêste ponto até ao Chibuto; e a

terceira daqui até à barra.

Sob o ponto de vista agrológico e de possibilidades agrícolas, é formada a primeira zona por terras altas de aluvião de rico nateiro, de potencial produtivo igual ao das terras melhores do Nilo, e está pràticamente defendida das cheias, grande flagelo que só tem parelho nas estiagens, que em toda a parte têm feito naufragar tantas empresas agrícolas; constituem a segunda zona, a do médio vale, terras de aluvião mais pobres física e quimicamente que as primeiras, alagadas em cheia do rio, impondo-se, em caso de exploração agrícola, a mobilização imediata de grandes capitais em obras de defesa, tais como valados e díques; e, finalmente, a terceira zona, ou bloco do baixo Limpopo, — (que tantas fantasias de projectos agrícolas desperta, bem como o das terras imediatamente a montante, a quem os observe desprevenidamente do alto do Chibuto),-é formado por terrenos fortemente alcalinos, pantanosos e inundáveis à mais ligeira ameaça das cheias frequentes do rio, atingindo os alagamentos mais de 2 metros acima do vale. São no entanto, estes terrenos, aproveitáveis para a agricultura desde que haja capitais em abundância que permitam fazer lavras e se possa esperar pela remuneração dos dinheiros empregados e trabalhos feitos, durante longos períodos de exposição das terras à acção do oxigénio do ar, provocante da sua nitrificação, depois de se lhes ter assegurado, como aos da segunda zona, a defesa contra as cheias por meio de diques e obras de drenagem de custo superior, certamente, ao das de rega.

As três zonas estendem-se por uma área útil de mais de 80.000 hectares. São no entanto as da primeira, situadas no alto e no comêço de montante do médio vale, que constituiram objecto do estudo de irrigação dos 30.000 hectares por nós apresentado, que mereceu a apreciação oficial de "poder ser aprovado com

aplauso,..

Resumindo: quatro razões fundamentais nos impuzeram o bloco escolhido, de condições técnicas e económicas, que a prática de rega bem sucedida já sancionou por êsse mundo fora, aonde existem obras de rega a valer e técnicos experimentados:

a) - a superioridade química e física dos terrenos em relação

ao médio e baixo Limpopo;

b)-a facilidade de construção de barragem para elevação e

derivação das águas;

c)-a proximidade dos materiais de construção para a barragem e demais obras, que todos os que têm a experiência do custo

de tais trabalhos põem em primeiro plano;

d)-por a zona em referência ser a que melhor satisfaz à construção da linha férrea de prolongamento da de Xinavane que sirva o vale, razão que foi prevista quando se fez o projecto e que estudos ulteriores, mandados fazer pelos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, confirmaram;

e)—e, por último, ser própria para a colonização europeia

no que diz respeito a saúde.

A zona escolhida para culturas de regadio no Vale do Limpopo, das quais carece a Metrópole e a própria Colónia, foi dividida, quanto a cultivos, nos seguintes blocos:

30 por cento da área para cultura de cana sacarina.

" para algodão. 90 ...

20 para arroz. 10

para milho e feijão. 15

para pomares e prados.

para tabaco.

As obras de irrigação previstas, incluindo estradas agrícolas e 50 casas para a pequena colonização, do tipo das usadas no Vale do Buzi em a colonização europeia, estão orçadas em cêrca de £ 600.000. E o caminho de ferro, continuação do de Xinavane que vá servir o Vale, estimamo-lo em £ 250.000.

Quanto às múltiplas formas que há para executar as obras de

Limpopo, só uma me merece confiança para ser adoptada pelo Govêrno da Colónia: a da empreitada, adjudicada em concurso público, a casa construtora especializada em tais obras, de comprovada competência técnica, material e moral.

Quere dizer: em Moçambique, o problema da função da água na agricultura já foi pôsto em equação; e o seu alcance é de tal ordem que desde sempre foi tido como a raiz mais funda de todas as civilizações, outrora das orientais e da egypcia, depois da árabe de que se encontram rastos por toda a península ibérica; hoje sustentáculo poderoso do império britânico desde o lago Nyassa às bocas do Nilo e do Indus ao Ganges, cobrindo mais de 40 milhões de hectares irrigados; finalmente legítimo orgulho de dois povos novos e exuberantes de vida: - um, detentor da hegemonía do mundo, o norte americano, cujas obras de rega, como a do Colorado, causam assombro pela concepção técnica e pela extensão; outro, que eu tanto admiro, aqui cravado à ilharga de Moçambique com testemunhos de actividade no ramo da Política Hidráulica e do aproveitamento das terras que são verdadeiros padrões de civilização, dentre os quais se destaca o que se ergue magestoso, elegante e dominador na vizinha Pretória, junto às nascentes do nosso Limpopo.

Pôsto cm equação, como acabei de dizer, o problema da agricultura irrigada em Moçambique, resta-me agora encontrar as suas soluções, porque, estou certo, elas satisfazem e resolvem a crise que a Colónia atravessa, que, diga-se com coragem, só muito ao de leve tem pontos de contacto ou de influência com a já afa-

mada crise mundial.

Comecemos, pois, primeiro, por fazer a destrinça que oferece a nossa estatística.

Sob os pontos de vista da produção e do consumo, em duas categorias podem ser agrupados os artigos provenientes da cultivação das terras, que aqui devem ser obtidos com remuneração:

Aqueles em que a Colónia e a Metrópole são francamente deficitários, e que, consequentemente, adquirem ruinosamente a trôco de bom ouro, tais como o algodão cuja importação em Portugal sobe a mais de 18 000 toneladas; o arroz cuja importação em Moçambique anda por umas 6.000 toneladas, incluindo perto de 1.000 nos territórios da Companhia de Moçambique, e se eleva na Metrópole a mais de 40.000; o tabaco representado por perto de 300.000 libras de importação em Portugal, nas quais a quota parte que cabe às colónias é ridícula, não obstante possuirem meio adequado à cultura dos tipos preferidos; os produtos de hortejo, criações e ovos representado por mais de £ 30.000 só nos territórios da Colónia administrados pelo Estado; os lacticínios que orçam pela casa das  ${\bf £}$  65.000 ; as carnes e demais indústrias ligadas à pecuária de quem tanto há a esperar nesta cruzada de ressurgimento nacional, mercê da orientação científica, rasgadamente moderna, e verdadeiramente modelar que aqui lhe tem sido imprimida por técnicos que muito honram o país, não obstante o meio lhes ser francamente hostil; as frutas cuja importação se eleva na Colónia a mais de 15.000 libras; e, finalmente, os carburantes que roubam à economia de Moçambique para cima de 110.000 libras por ano, num crescendo anual que por vezes ultrapassa 40  $\theta/\theta$ , como foi de 1929 para 1930, no que diz respeito só à gasolina, deixando, por consequência, de banda, os óleos destinados a motores de combustão interna e o petróleo também destinado a motores, ambos vantajosamente substituíveis pelo álcool industrial.

Isto, como disse, no que toca a artigos em que a Colónia e a Metrópole são francamente deficitários. Outros há, e entre êles destaca-se o açúcar que o capital português poderá vir a produzir em franca concorrência com o mercado mundial, graças às condições agrológicas do meio, à possibilidade de rega económica, e acima de tudo ao factor importantíssimo da mão de obra indígena barata de que poderá dispôr, como já hoje dispõe a indústria javanesa, na qual reside o segrédo do seu sucesso, com a vantagem dupla, humanitária e patriótica, de Moçambique poupar às suas populações indígenas a ceifa macabra resultante da emigração, e de cumprir a missão civilizadora que Portugal tomou perante o mundo, em esta Colónia.

Sei muito bem qual é a situação da indústria açucareira entre nós; qual é a sua posição no mundo em a hora presente; e julgo avaliar com algum rigor a desorientação tremenda que está produzindo já, e vai produzir ainda por mais algum tempo, o choque brutal dos aperfeiçoamentos, da extensão, da grandiosidade até que a tirania soviética, feita de sangue e de escravatura branca, lhe introduziu e com que temos de contar, porque é uma realidade, pelo menos de momento.

Mas, em contra partida e em defesa do meu optimismo no que toca à indústria açucareira nacional em Moçambique, também não ignoro que por esta indústria militam, nesta Colónia, além dos dois factores basilares a que já me referi, - o meio e a mão de obra barata, - outros, que, por serem decisivos, nenhum govêrno senhor das responsabilidades que sôbre si pesam, e das quais deve contas pelo menos à memória sagrada dos que nos legaram Moçambique,-se pode alhear. E estes factores são a franca protecção que o govêrno deve ao capital nacional, que certamente não lhe negará, visto que jàmais país algum progrediu, quando haja feito o sacrifício dos seus bonus pautais a capital cujos produtos líquidos de exploração se escoam para além das fronteiras, acompanhados dos ordenados de empregados;

é a constatação do consumo de açúcar em Portugal e nas suas Colónias, cuja capitação não excede 25 % da de outros países;

é ainda o auxílio enorme que trás ao fabrico do açúcar, o estabelecimento da indústria que lhe é complemento, a do álcool carburante, de cujas vantagens técnicas, fiscais, e económicas é supérfluo falar a V. Ex. as porquanto não conheço hoje nação alguma civilizada e que cuide do bem estar dos seus filhos, que podendo lançar mão dêste importantíssimo elemento de trabalho e agente de progresso, o não haja feito, e também porque do assunto já se ocupou, junto do govêrno local o ilustre técnico que dirige a Repartição de Indústrias e Minas desta Colónia, sr. Engenheiro António Joaquim de Freitas.

Não me furto porém, a dar a V. Ex.<sup>as</sup>, um informe que a ex-periência de 5 anos de emprêgo do álcool carburante em toda a casta de motores de explosão, de potências variáveis entre 3 e 140 cavalos efectivos, com misturas cuja riqueza, em gasolina, foi de

75 a zero, me forneceu:

PRIMEIRO-Os motores que queimam álcool de graduação superior a 96°, apresentam sempre um estado de conservação, su-perior ao dos que em igualdade de trabalho hajam queimado qualquer outro carburante;

SEGUNDO-O álcool como carburante nunca deve ser empregado com graduação inferior a 96º e há a maior vantagem em que seja puro ou deshidratado, pela facilidade que oferece ao

arrangue dos motores;

TERCEIRO-Nos automóveis e camions para evitar o ajustamento de carburadores e para que o chauffeur ou condutor não pressinta a mais ligeira alteração na marcha ou eficiência do motor, a mistura obrigatória de 30 de álcool desnaturado com piridina na proporção de 1 para 100, e de 70 de gasolina, supomos ser a mais recomendável

QUARTO - Em todos os outros motores de explosão, o álcool carburante deve ser empregado obrigatòriamente sem a

adição de gasolina,

QUINTO E ÚLTIMO-O álcool industrial pode e deve ser fornecido ao público, que obrigatoriamente o passe a empregar nos seus motores, por preço inferior ao da gasolina, vendida em condições normais, isto é sem o dumping, contando-se no preço de venda com os interêsses fiscais da Colónia, embora saibamos de antemão que são valores bem pequenos, e portanto a pôr de banda se necessário, comparados com os enormes beneficios que traz à tesouraria da província a fomentação de riqueza que tem por base

energia ou fôrça motriz barata.

Julgo ter feito passar diante de V. Ex.as, o quadro representativo da situação económica da Colónia, do estado em que se encontra a sua agricultura, do volume da importação colonial e metropolitana no que diz respeito a géneros que podem ser aqui obtidos, e no desequilíbrio que isso traz à vida económica e financeira de Moçambique, com a agravante da inutilidade dos sacrifícios feitos pela Metrópole para remediar tão grande mal, restando-me falar-lhes agora da forma como a agricultura pode satisfazer a missão que lhe está imposta em a obra de ressurgimento e de engrandecimento do Império Colonial Português, para o que me bastará assinalar o papel que a água desempenha na agricultura, como agente criador de riqueza.

É, pois, de um agente precioso de fomento que eu vou falar a V. Ex. as, função deveras grata à minha inteligência, porque "criar é o único acto do poder humano que enche a alma de regosijo e de ufanias sem ressaibos amargos,, como no-lo deixou dito em letras de ouro, o primeiro Alto Comissário Régio de Moçambique. E ainda, porque lembrar males e defeitos, se no momento presente é necessidade iniludível pela lição que convém reter, é também, como de resto sempre, missão fácil com o inconveniente de poder parecer cultura de descrença, doença tão querida dêstes falsos viciosos que somos nós os portugueses, porque, afinal, "só não crê no bem quem o não faz, nas virtudes quem as não exerce, na fôrça quem a não possui, e nós não deixamos de ser bons, conservamos virtudes e somos moralmente capazes de fôrça. Se no continente nos falecem ocasiões para recuperar a fé em nós mesmos, temo-las na vastidão de África, e a África não é só lica para combatentes, não é torrão que só produza louros. Também cá podemos convencer-nos de que temos aptidões para criar, como ontem nos persuadiamos de que tinhamos vigor para destruir. Um esfôrço mostrou-nos guerreiros; será impossível que outro esfôrço nos prove administradores hábeis, colonizadores fecundos, civilizadores ze-

losos? E a esta pregunta vibrante de patriotismo, feita por António Enes, a êste dardo certeiro que toca em cheio todo o coração luso, matando nêle as descrenças e os desalentos que lá podessem existir pelo estímulo e fé que irradia, quero eu ousar responder, embora saíba ser o mais humilde em merecimentos de todos os que têm dedicado a sua vida a esta Colónia, mas o mais crente no seu glorioso futuro, certo de que V. Ex.as, tomarão o meu atrevimento à conta de resposta irreprimível ditada pelo coração, que nunca sabe retrair-se ou mentir perante aquilo que julga ser serviço da Pátria.

E assim respondo:

É inteiramente possível mostrar possuirmos as qualidades que António Enes nos ambicionava, realizando obras perduráveis que atestem o poder colonizador dos portugueses. Para tanto bastará que resolvamos cumprir com firmeza, ou que alguém, dentro de Portugal, tenha a fôrça moral e a coragem misericordiosa de no-lo impôr - a execução imediata do programa singelo do aproveitamento e valorização das nossas terras, pela protecção ao capital nacional, destinado aos grandes empreendimentos agrícolas, e pela tutela técnica e administrativa exercida sôbre o pequeno colono por intermédio do organismo científico de competência profissional e moral, depois de àquele capital e ao trabalho dêste pequeno colono, ter sido assegurada a certeza do sucesso agrícola, que só a rega dá, e de garantir a um e outro, uma política eficaz de amparo e suporte no ramo comercial.

Com a consciência perfeita de responsabilidade de uma tal resposta, com o orgulho de pertencer a um povo que jamais arrastou a grilheta deprimente da ociosa inutilidade, entro agora na análise da acção da rega na agricultura, e começo por pedir que não se suponha que quero procurar só nos erros e desvarios que te-nhamos tido a razão da deficiência da nossa produção agrícola colonial, ou que pretendo impôr o conceito de que elementos ex-clusivamente morais podem, por sí só, transformar a nossa situação.

Não. E não, porque tal fim não passaria de mera cultura de perigosa metafísica social, e porque as causas primárias da nossa insuficiente produção e consequente desequilíbrio económico, são também, como na Metrópole, de ordem material.

Três elementos fundamentais necessita a agricultura para o seu bom e normal desenvolvimento: a água, o calor e os adubos. Ora analizando os dados meteorológicos da província de Moçambique e mormente os que dizem respeito aos distritos de Lourenço Marques e do antigo de Gaza, como, todos os outros elementos indispensáveis à classificação do clima de uma região, nota-se que a distribuição das chuvas pelos períodos culturais, é de tal maneira irregular e desnorteadora, que porfiar teimosamente em manter a agricultura de sequeiro como base da exploração agrícola,-é política de fomento de bem acanhado alcance e de consequências funestas asseguradas, não só porque priva a Colónia e a Metrópole dos meios de que necessitam para a vida e valorização, mas também pelo isolamento em que nos manteremos de braços cruzados, em face do mundo trabalhador e progressivo, justamente surdo e insensível a lamentos encobridores de incompetência ou de desculpas que tenham por base o estribilho sediço da crise mundial. Mostram-nos aínda aqueles dados meteorológicos e confirma-no-lo a experiência, que a nossa África Oriental deve ser considerada como região "sub-húmida,, conforme a classificação norte-americana, pois que a quantidade de água pluvial só ocasionalmente é distribuida por forma proveitosa e conveniente para o bom e completo desenvolvimento das plantas e criação dos frutos. Zonas, como as do leste americano, onde a quantidade de água das chuvas é distribuida com regularidade e suficiência, ou sejam as zonas "húmidas", não se encontram no nosso território; todavia, não são raras as "áridas", ou aquelas em que a quantidade de chuvas durante o período cultural não basta para as necessidades agrícolas.

Por outras palavras: A obra de colonização em Moçambique que é fundamentalmente agrícola, só é exequível depois de substituirmos o regimen climatérico variável e de oscilações discordantes e desnorteadoras que caracteriza a Colónia, por um regimen de distribuição de águas metódico e cientificamente regulado, de que o lavrador possa dispôr livremente, dando-lhe a segurança que o governo americano deu aos seus colonos do Middle-West, que possui o cultivador das planícies Húngaras e Romenas, que conta o horte'ão do levante espanhol, o felah do Egipto e o contandino do Piemonte e do Milanez, c, finalmente, com que o govêrno do notável homem de estado da África do Sul, general Smuts, dotou o seu país, e o govêrno inglês o Egipto, a Mesopotámia, e o Impé-

rio das Indias.

A rega, permitindo tirar das terras, colheitas mais abundantes, variadas, de melhor qualidade, e mais regulares do que as obtidas com a cultura ordinária, coloca o agricultor fora da mercê do tempo e livra-o dos insucessos agrícolas que trazem sempre ao seu lar se não a fome e a miséria, pelo menos o desalento e a descrença.

Não tenhamos receio em aceitar como certo que se assegurarmos ao capital nacional e ao nosso colono, que no geral é sóbrio, trabalhador e inteligente que fez da costa da Califórnia a zona privilegiada de pomares e hortejos que os agrónomos americanos apontam aos lavradores do seu país como modelos, pela forma apurada e activa porque são tratados,--maneira de trans-

formarem a sua duvidosa arte numa indústria de lucros bem garantidos, não deixarão de se lançar com energia e decisão, no caminho de melhoramentos agrícolas de largo alcance, obtendo como recompensa o imediato aumento da produção e abaixamento de custo da unidade produzida, base de toda a boa exploração e suporte valioso na concorrência.

Resumindo: No momento que passa em que jàmais como agora se ofereceu aos homens públicos, ocasião de grandeza moral como a presente, não receamos lançarmo-nos na cruzada de re-denção que implora a Colónia de Moçambibue. Tenhamos con-fiança no capital português e no trabalho do nosso colono. Demos a um e outro a garantia que reclamam para obra tão meritória, lançando-nos, com decisão e firmeza na execução de um plano de obras hidraulicas e de política nacionalista que lhe dê a rega dos campos e a protecção que o momento impõe, embora transitório, e correspondente ao perigo inicial.

Se tal não fizermos, por mais belos que sejam os programas agrários elaborados, por mais nobres as intenções de os executar, o nosso esfôrço não passará de tentativa inútil, porque econômicamente os nossos planos são inexequíveis, e jàmais se realisará obra

de colonização em Moçambique, Vou terminar, meus senhores: Porém e sem querer fatigar muito V. Ex.as, abusando do favor da atenção com que me tem ouvido, eu peço-lhes me permitam concretizar em dois exemplos, colhidos entre muitos, que a chamada Polícia Hidráulica põe à nossa disposição,—o resultado, da realização de obras de fomento do tipo das que acabo de falar a V. Ex.as, e da política de protecção e amparo que também reclamei.

Com estes exemplos provarei não só a verdade contida na tese com que abri esta conferência de que "toda a obra de irrigação bem concebida, em exploração, cria anualmente uma riqueza bruta 'cuja importância se aproxima do custo da obra e em muitos casos o excede,, mas também lhes darei uma idea clara do efeito

criador do amparo proteccionista.

E assim direi a V. Ex.as, que quanto à primeira, os resultados colhidos da aplicação da água derivada da barragem de Assuan, no Nilo, a solos afins dos do Vale do Limpopo, na zona que vai do velho Cuijá à planície do Biléne, estudados em 1923 pela Missão Portuguesa que tive a honra de chefiar, são os que seguem da autoria do eminente engenheiro Sir Hambury Brown, a quem tanto deve a política de fomento egípcia:

Importou a execução do projecto em cêrca de 10 1/2 milhões de libras. Construída a obra, os impostos prediais colectados subi-ram a 516.000 libras; e o valor da terra beneficiada galgou de 191

milhões para 497 milhões de libras.

Quanto às rendas cobradas, elevaram-se de 16 para 37 milhões, computando-se o aumento da produção dos terrenos melhorados pela rega, em 21 milhões de libras por ano, ou seja o dôbro do capital empregado nas obras.

Isto para o que diz respeito ao valor da água.

Pelo que toca ao amparo pautal transitório que peço, base de uma política nacionalista que o Império exige e que o Govêrno da República lhe está dando, permitam-me V. Ex.as, que lembre o exemplo eloquente que nos deu a Metrópole com a atiga lei dos

Mercê desta lei a importação do trigo no nosso país, desceu de 112 milhões de hectolitros para 57 milhões e a área levada à cultura de cereal galopou para o aumento de 300 mil hectares con-

quistados a charneca inculta.

Quere dizer; A política de amparo que reclamo é o indispensável complemento da técnica que preconizo; porque muito bem sei que, quanto à agricultura, não basta distribuír sementes e alfaias agrícolas, e que para nada serve exaurir o tesouro público com sacrifícios de milhares de contos destinados ao crédito agrícola, se às terras dos lavradores não dermos água de rega e ao colono a assistência técnica de que carece, e se, no campo comercial, não as-segurarmos a venda dos produtos, quer na Metrópole quer nas Colónias, desenvolvendo o mercado interno que é hoje, indubitàvelmente, a última palavra de uma boa politica económica.

Meus senhores: Rija peleja está travada no mundo, tendo por teatro os limites que lhe fixam as fábricas e os campos, por símbolo o martelo e a foice, por armas a ciência e a disciplina. Como sempre, a vitória pertencerá ao mais forte, que neste caso será o que alie ao primado da administração, o primado da técnica.

E ao despedir-me, hoje, dos agricultores de Moçambique, eu não posso deixar de lhes lembrar a advertência de Milton: "Yet much remains to conquer still; peace hath her victories no less renowned than war.

Vai longa a minha conferência e urge que lhe dê fecho.
Para o problema da agricultura em Moçambique julgo tê-lo
encontrado; é a irrigação que, como disse a V. Ex.as, e nos ensinou Sertório do Monte Pereira, constitui a pedra angular da agri-

### Transferências de Angola

As transferências de Angola são, sem dúvida alguma, a questão que mais interessa e apaixona, quantos estão directa ou indirectamente ligados aos problemas desta colónia. Todavia, nem sempre, nem por todos, a questão é posta com bastante clareza ou com bastante insenção — umas vezes por falta de elementos que permitam conhecer o seu desenvolvimento, outras vezes por um propósito que a política explica, mas que o bom senso não pode aceitar.

Afim de esclarecer os leitores sôbre os elementos que de facto permitem julgar da questão e avaliar da sua evolução, a Portugal Colonial começará a publicar nêste número, o movimento das transferên-

#### Movimento de transferencias

1932

Datas	Requisições a atender (Contos)	Compromisses em vencimento (Contos)	Transferências autorizadas (Contos)		
18 de Fevereiro	32.467	34.001	13.088		
5 de Março	29.888	38.471	20.318		
9 de Abril	55.635	36.882	22.685		
15 de Julho	78.617	26.149	51.711		
1 de Agosto	29,995	26.012	70.675		
15 de Agosto	41.389	26.513	72.176		
22 de Setembro	40.568	26.332	84 281		
19 de Outubro	47.925	34.670	93.664		

#### Casas da Metrópole

Como continuadoras da acção exercida pelas Feiras de Amostras Coloniais, vão constituír-se, brevemente, as "Casas da Metró-

pole,, em Luanda e Lourenço Marques.

Destinam-se estes organismos, a fazer a propaganda dos produtos portugueses nas colónias, a estudar as características especiais do mercado colonial e, duma maneira geral, a serem poderosos agentes da intensificação do intercâmbio comercial entre a Metrópole e as colónias. Ás Casas da Metrópole corresponderão, segundo consta, com

objectivos análogos quanto às matérias primas de Angola e Mo-çambique, as "Casas das Colónias," que funcionarão em Lisboa e

no Pôrto.

Os nossos organismos são oficiais, mas dentre êles, têm avultada representação e responsabilidade, as organizações económicas privadas a quem êles mais interessam.

cultura portuguesa. Para a minha pobre exposição é porém mais difícil encontrá-lo, porque demanda ousadia que a mim me falece, ou demasiada bondade e benevolência de quem me escuta.

Confesso que não tenho a primeira, mas conto com a segunda. E por isso me afoito a repetir ao nobre Ministro que visita Moçambique, as palavras de um dos maiores estadistas da moderna Espanha, Joaquim Costa, a quem se deve ali a criação da política hidráulica e a realização de notáveis obras de fomento:

> «Rega os campos se queres deixar rasto da tua passagem pelo podêr; os árabes passaram pela península; desapareceu a sua raça, a sua religião; desapareceram os seus códigos, os seus templos, os seus palácios e os seus sepulcros; a-pesar-de tudo a sua memória está viva, porque ficaram as suas obras de irrigação».



A visita do Sr. Ministro das Colónias à aldeia indígena do Parque Eduardo VII



Três fulas que habitaram a aldeia indígena



Mulheres fulas que acompanharam os régulos

grande público, os elementos que vivem distante das Colónias, deixando-se guiar por falsas informações, desconhecem o que são as Colónias, na sua essência.

Por uma deficiência do nosso ensino público, o nosso Domínio Colonial é mal conhecido, mesmo nas Escolas Superiores, e os trabalhos publicados sôbre êle apenas se encontram nas estantes de indivíduos que têm paíxão e devoção por semelhante

especialidade.

As Colónias portuguesas têm constituído esplêndido ensejo para discursos entusiásticos à nossa vitalidade e ao nosso futuro colonial. Todavia, se formos perguntar a muitas pessoas que tratam de assuntos coloniais quais as suas ideas para que as Colónias progridam, ficarão embaraçadas para responder e, por mais que procurem, não serão capazes de nos expor em que condições seria possível dar às Colónias uma vida mais desafogada, desenvolvendo nelas uma acção mais profícua.

Os estudos coloniais entre nós, têm sido privativos de raras pessoas que constituem uma família, nem sempre unida, mas muito dedicada, que pelos

territórios ultramarinos se sacrifica

É bem verdade que a maior parte das vezes èsses trabalhos não foram o fruto de uma estrema dedicação e de um absoluto desinterêsse.

Por isso necessário se torna ensinar em Portugal aos alunos das escolas, que das Colónias se deriva o valor que temos na política internacional.

No entanto parece ter raiado para as Colónias, com a publicação do ACTO COLONIAL, uma nova era de progresso.

Começa em Portugal a tomar forma o interêsse pelas Colónias, interêsse êsse manifestado em conferências e, muito principalmente, na visita que o titular da sua pasta a elas fez.

Começamos a ter a convicção de que a visita do senhor Ministro será de resultados benéficos para todos os portugueses que aqui trabalham.

O diploma legislativo de 30 de Julho último deixa antever o interêsse que a colonização portuguesa lhe merece e o perigo da desnacionalização que se encontra na emigração indo-britânica. Mas, para que essa convicção não esmoreça, para que os colonos que aqui se fixaram e aqui têm os seus filhos não comecem a ter apreensões sóbre o futuro dêstes, que serão os verdadeiros colonos de amanhã, necessário se torna promulgar mais leis, no sentido de dificultar a emigração asiática.

A emigração de uma raça inferior, inassimilável etnicamente e irredutível à nossa civilização e mentalidade, é mais do que inconveniente para a forma-

ção do povo novo, que será, num futuro próximo, o povo de Moçambique.

O senhor Dr. Armindo Monteiro, douto professor da Universidade de Lisboa, ensina no seu livro, «Ensaíos de um curso de Economia Política» esta doutrina, que pedimos licença para transcrever: - «Por razões de ordem económica e por razões de ordem política, procuram os países de emigração estabelecer uma selecção entre os indivíduos que se apresentam a reclamar entrada no seu território-selecção que vai desde a verificação da existência, no emigrante, de um certo número de condições estabelecidas, até à simples proîbição de entrar e à expulsão do território nacional. Compreende-se esta defesa, dado que, senão a grande massa de emigrantes, pelo menos forte proporção dêstes, é constituída por indivíduos de baixo nível intelectual, moral e físico. Se o emigrante revela condições que permitem supor que êle será apenas um elemento de perturbação de trabalho ou de inferiorização nacional, é legitimo e justo o seu afastamento. O emigranre assim é o indesejável. Pág. 276».

O ilustre professor, ao escrever estas palavras,

parece ter o pensamento na Colónía de Moçambique, pois elas adaptam-se ao nosso meio, no que diz respeito á emigração indobritânica. Estes emigrantes são bem elementos de perturbação na vida nacional.

Difícil se torna o progresso desta terra, criando e fomentando ríqueza, sem que se estabeleçam colonos de fixação. Mas, os co-

# A nefasta influência da emigração asiática na colónia de Moçambique

POR A. LOPES DE CASTRO

Vice-Presidente da Direcção da Associação Comercial dos Lojistas

lonos europeus jamais se poderão fixar em concorrência com os indo-britânicos.

O comércio tem sido e continuará por muitos anos a ser, o meio mais fácil de se estabelecer a colonização em África. Começa o colono por comerciar para terminar por agricultar. São fenómenos que se constatam em Angola e Moçambique. Os grandes agricultores de hoje são os pequenos comerciantes de ontem. São aqueles que, à custa de um trabalho persistente de dia a dia, foram ganhando na cantina para enterrar na machamba. Foi assim que começou a agricultura no Sul desta Colónia, tendo sido com a ajuda do negócio que os agricultores têm financiado as suas explorações agrícolas.

È isto o que se constata na colonização portuguesa, ao passo que é flagrante o contraste nos emigrantes indo-britânicos. Tenta-os o negócio com o indígena é certo mas não o seduz o desenvolvimento

do território.

Não falam ao indígena a nossa língua, a língua da nossa Pátria, porque a desconhecem. Não lhes sabem ensinar a amar e a respeitar Portugal, pois que êles o não respeitam nem amam. Pensam apenas em auferir o maior número de proventos, seja porque meio fôr, e em transportar êsses proventos para a Índia, onde passam a viver como nababos.

Este emigrante é, pois, um elemento de perturbação do trabalho e de inferiorização da vida nacional. Por êste facto é legítimo e justo o seu afastamento.

Falando de colonos e de colonização, não podemos deixar de transcrever aqui esta salutar doutrina ensinada pelo ilustre Mestre a que já nos referimos, Excelentíssimo senhor Dr. Armindo Monteiro:

— «Nas grandes preocupações dos economistas de hoje entra, como em lugar fundamental, a solução das questões que se prendem às qualidades dos homens.

Temos de estudar com atenção a forma como é produzida a humanidade, pois cumpre assegurar o máximo de aptidões às gerações futuras, É êste o problema da viricultura. A produção de uma boa humanidade, de um bom agente económico, tem de ser, pois, assunto das mais graves meditações».

É, poís, como factor de degenerescência na futura população desta Colónia que a influência do elemento asiático mais se faz sentir. Já hoje se encontram espalhados por toda a Colónia milhares de filhos de asiáticos que se dizem portugueses e que virão perturbar cada vez mais o desenvolvimento da colonização europeia e, consequentemente a formação de uma população sã, moral e fisicamente.

Medite o govêrno português no problema da viricultura nesta Colónia, pois êle tem de ser, como muito bem o ensina o douto professor, o das mais

graves meditações.

Bem sabemos que muitos portugueses há, que nos argumentam com a liberdade, o direito internacional, etc. Porém, a liberdade não se pode conceber empiricamente. Não consiste no direito de cada um fazer o que entender e quizer. Nem se pode conceber metafisicamente como o direito inato de proceder de modo a não ofender os direitos dos outros, como desejava Kant. Tem de ser concebida positivamente como o direito de desenvolver a própria actividade, em harmonia com as condições de existência e de desenvolvimento do organismo social.

A liberdade abstracta é uma palavra vã, a que se têm sacrificado os mais sagrados interêsses. Por isso a liberdade não pode ser um motivo suficiente para que o Estado não intervenha na emigração, desde que as condições de existência e do desenvolvimento do organismo social, exijam essa intervenção.

Assim, os Estados Unidos da América do Norte, país que a si próprio se apelida de *Livre América*, começaram a restringir a sua emigração em 1882, invocando para isso uma razão de ordem sanitária.

Ora essa razão é mais do que suficiente, quando outras mais poderosas não existissem, para proíbir a emigração dos indo-britânicos nesta Colónia.

Estes emigrantes são os que de mais retrogrado e mais rebelde há à higiene e aos bons costumes. Em 1885 os Estados Unidos da América do

Em 1885 os Estados Unidos da América do Norte, impuseram às empresas de navegação o encargo de repatriar certos emigrantes que transportavam nos seus navios.

Na lei de 1891 mantêm ainda esta disposição com o fim de impedir a entrada de emigrantes que não provassem possuír uma certa quantidade de numerário, no momento do seu desembarque.

Em 1904 os emigrantes chineses foram proibidos, pura e simplesmente nos Estados Unidos, baseandose êste país na baixa dos salários, pois que a baixa dos salários restringia o consumo, dificultando assim a vida de muitos industriais.

Mais tarde, em 1906, como a afluência de emigrantes fôsse aínda grande, exigem, além de tudo o mais, que o imigrante saíba ler e escrever.

A visinha União Sul Africana, fazendo parte, como a Índia, do Império Britânico, proíbe sem tirte nem guarte, a entrada dos indo-britânicos nos seus

territórios.

É tempo, poís, de o govêrno português encarar com grave ponderação êste magno problema da emigração asiática. Se ela não fôr proïbida, dentro em breve ela dominará toda a colónia de Moçambique, convertendo à religião de Mahomed a grande massa de população indígena.

Basta, para nos elucidar, ler os números fornecidos pela Reparlição de Estatística, pois êles são bem aterradores. Segundo o boletim de estatística do mês de Janeiro, do corrente ano, entraram na Colónia 225 portugueses e 274 indo-britânicos. De todos estes emigrantes fixaram residência na Colónia 78 portugueses e 102 indo-britânicos.

Estes números são maís do que suficientes para fazer ponderar o govêrno sôbre o que será, num

futuro próximo a população desta Colónia.

Se é certo que as nossas colónias de África comportam muitos milhares de emigrantes, não é menos verdade que em Porlugal se encontra estabelecida uma corrente de emigração para o Brasil. Esta corrente para o Brasil parece ter diminuído um pouco nestes últimos anos, o que não admira, pois é grande aí o ódio ao emigrante português, ódio derivado da inveja que desperta a sua actividade. O emigrante português no Brasil emprega lá a grande parte dos seus ganhos, constituí lá família, sendo assim que se fez a grande colonização do Brasil.

Que vantagens adviriam para as nossas Colónias se essa corrente de emigração que sai para o Brasil

fôsse desviada para elas...

Dentro de poucos anos teríamos nas Colónias uma grande população de portugueses que contribuiriam poderosamente para o engrandecimento de Portugal, nacionalizando e dilatando o Império Português. Não pode, porém, o govêrno pensar em estabelecer essa corrente de emigrantes para a Colónia de Moçambique, enquanto não fechar de vez as portas à corrente emigratória dos indo-britânicos.

Temos, pois, a honra de apresentar as seguintes conclusões:

1.ª—É necessário proïbir desde já, pura e simplesmente, a emigração nesta Colónia, de indo-britânicos.

2.a—Todos os emigrantes residentes na Colónia devem ser obrigados a adoptar os usos e costumes europeus, vestindo à europeia.

5.a—Deve ser proibido a todos os comerciantes e seus empregados habitarem nos estabelecimentos

comerciais.

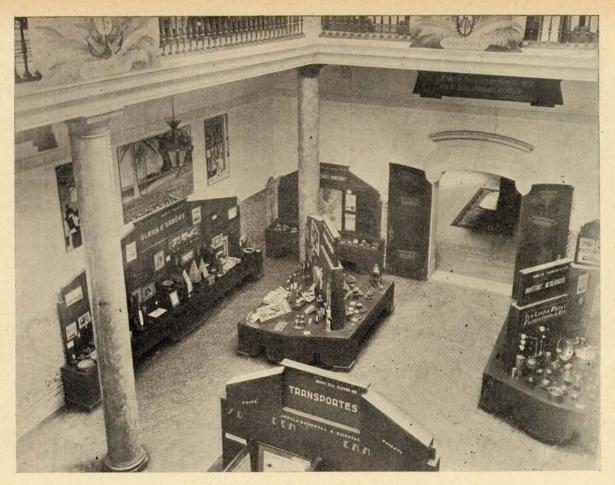
4.a—Todos os comerciantes devem ser obrigados a ter a sua escrita como preceitua a lei.

5.a—O govêrno criará auditores fiscais das escritas do comerciante, que serão obrigados a visto-

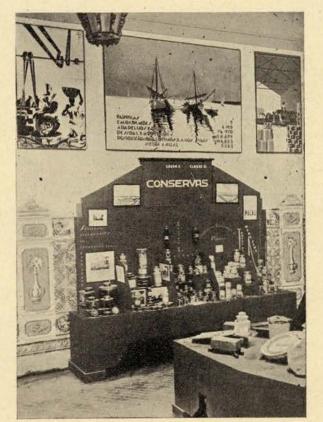
serviço pago pelo govêrno.

6.ª—Não devem ser concedidas licenças novas, para comerciar, a indo-britânicos, caducando todas as que há, por morte ou quebra do comerciante indo-britânico.

riar, pelo menos uma vez por semestre, sendo êsse



Uma Sala da Secção Colonial da Exposição Industrial



Um «Stand» de conservas coloniais na Exposição Industrial



# Página literária

IZ-SE dos pretos e dos macacos que os primeiros atribuem aos segundos humana qualidade. Por via de semelhança de físico e de maneirascrê o preto que o macaco é "gente,, e só não fala por ladinice - para que o não façam trabalhar.

Darwin mais recentemente, e mais cientificamente, com a basófia de estudioso, e argumentos pesados de erudito, chegou a conclusões que não andam muito ao largo da suspeita

dos negros.

Seja como for - eu

não cuido de trazer um elemento novo a qualquer dos campos duma contenda científica-o que é certo é que os pretos, pelo menos, não têm os macacos na conta de animais vulgares. Dir-se hia que sentem nêles realmente pontos de contacto com a sua espécie ou diferenciação dos outros bichos a quem a nossa cega vaidade chama brutos.

E tanto assim é que certos pretos mais arredios do scepticismo dos brancos e que guardam quási intactas as suas ideas sôbre o mundo e sóbre as gentes, conversam com os macacos sem que a própria circunstância de não obterem como resposta senão os seus guinchos e momices, os arrede desta suspeita : Se êles não falam é só para que os não façam trabalhar.

É o peixe que morre pela língua-o macaco por não a arriscar ganha o descanso e a liberdade de se balouçar nos ramos ou

preguiçar ao sol.

O caso que segue à maneira de história demonstra que, no ponto de vista do preto o macaco ocupa na escala animal, pelo menos, um lugar intermédio entre os irracionais e o homem-quási bicho, quási homem, sem rigorosamente ser uma ou outra coisa.

O "Sabonete," era um preto da Guiné, serviçal duma roça na Ilha do Príncipe. Andara muito tempo a lidar nos trabalhos árduos da plantação e ocupava-se agora como "macaqueiro,, isto é, espantalho de macacos. Era êste trabalho mais suave do que limpar cacoeiros ou colhêr os cachos do dem-dem—e isso dava ao Sabonete,, ares regalados e plácidos e, com êles, um certo espírito de conciliação nos seus conflitos com os simios.

Usa o "macaqueiro,, como instrumento profissional para arredar os macacos das plantações e defender das suas arremetidas destruídoras os frutos e os rebentos novos, uma especie de corneta

engendrada na cana dum bambu.

Teòricamente, o som lúgubre e prolongado do instrumento põe em fuga os "monos,, que são, em regra assustadiços e prudentes.

Pràticamente sucede, na maioria dos casos, que os bichos habituados ao macaqueiro e à sua música, não lhe ligam mais importância do que ao grunhido do mar, ou à tagarelice dos papagaios.

No fundo talvez não achem aborrecido de todo ir comendo os frutos proibidos e destruindo os verdes rebentos ao som daquela música áspera e lamentosa que não fica mal atravez de certas sombras da paisagem.

No dia em que o nosso caso se deu, estava o "Sabonete,, encostado ao tronco gigante duma ócá, a gozar regaladamente todas as belezas e encantamentos duma manhã de sol no Príncipe.

Esfrangalhava-se a luz para atravessar a folhagem exuberante, os troncos unidos, os ramos entrelaçados-e no chão apenas se viam retalhos de sol, recortadíssimos onde a emaranhadíssima sombra dos ramos o consentia. Traquinavam os pássaros pondo na paisagem deslumbrante notas rápidas de côres vivas, a água cantarolava em misteriosos carreiros e por entre os ramos gloriosos duma palmeira via-se o mar lá em baixo-azul e mansarrão.

À temperatura alta e o ar húmido enlanguesciam.

O "Sabonete, não sentia de-certo e profunda emoção da paisagem desta ilha maravilhosa que é um dos mais lindos cantos do Mundo-mas sentia-se bem disposto, conformado com a vida e

# O MACACO E MACAQUEIRO

POR ANGELO DINIZ

PRÍNCIPE -- MAIO 932

até um pouco penetrado pela suave indolência que acompanha os grandes gozos do espírito.

De vez em quando, automàticamente, com um gesto profissional, sem deixar de pensar no jantar que ainda tardava nem no batuque do sábado próximo, levava o bambu à bôca e soprava demoradamente. E o grito plangente seguia, longo, irriçado, a quebrar--se por ali fora.

Entretanto vinha um macaco saltando de ramo em ramo, marinhando aqui, voando mais além—e ia as-sentar arraiais no alto duma

palmeira, ao alcance dum anafado cacho de coconote. Estava a

trinta metros do "Sabonete,... Surpreendido com a irreverência o preto tocou novamente o bambu. È o simio, parando um momento na sua faina, escutou, olhou e, fazendo uma momice engraçada, continuou a catar no cacho sementes que ia deitando fora até encontrar alguma mais agradável em que mordia com todo o aspecto de quem saboreia um apetite.

Ao segundo toque nem sequer parou. Era como se não houvesse corneta, nem "Sabonete," nem qualquer perigo-como se o Príncipe fôsse entre bichos e homens o exemplo para uma fraternidade universal.

Então o "Sabonete,, paciente na sua regalaga boa disposição resolveu convencer o macaco com boas razões já que o não convencia com o bambu.

E disse-lhe paternalmente:

Você vai embora daí... Patrão não quer que você esteja
 ¿ Você não ouviu eu tocar?
 O macaco abanava a cabeça e largava para baixo mais uns

grãos de dem-dem.

O "Sabonete,, cortêsmente, aconselhava:

-Vá no mato, homem! Vá no mato. Eu já disse a você que patrão não quer você aí.

Soprou no bambu prolongadamente. E como o bicho continuasse; desdenhosamente, a tasquinhar os frutos, o "Sabonete,, foi mais persuasivo:

—Você não seja maluco!... Se você não vai embora eu vai dizer a patrão... Vá embora homem! Você faz que não ouve mas se o patrão vem com espingarda vai ver...

O macaco voltou para outro cacho, em duas piruetas ágeis e

parecia rir-se da conversa do preto.

-Você é mesmo maluco. Patrão vem aí com espingarda e mata você. Eu bem diz que vá embora que é melhor!... Ah! você não vai ?... Não vai mesmo ?...

Então o "Sabonete,, perdeu a cabeça e levantou-se:

Olhe que eu vou chamar o patrão... Você não seja ma-

E como o simio lhe ligasse muito menos importância do que ao apetitoso dem-dem, o preto abalou célere a caminho da roça, levando a alma cheia de propósitos primitivos.

-Patrão, macaco está na árvore e não vai embora... Já tocou, tocou... Já disse para êle ir no mato... não quer ir... Está mesmo a comer na palmeira...

O patrão deitou a mão à caçadeira, enfiou-lhe dois cartuchos canos e seguiu o preto, a vociferar contra a cáfila de monos que lhe dava cabo de tudo.

E tão aguçada pela vingança ia a sua atenção que logo que pôde descortinar a palmeira bispou também o macaco a arrancar frutos que já não comia, só pelo prazer de os mirar e deitar fora. Apontou com vontade e descarregou.

O pobre bicho atingido em cheio, despenhou-se do alto, a berrar como um possesso. E os seus guinchos de dor tinham qualquer cousa de humano—tão lancinantes e desesperados que o branco logo abalou para não ouvir e o próprio "Sabonete, parecia comovido.



AMÉLIA REY COLAÇO

ONSTA que Amélia Rey Colaço vai, no próximo ano, com a sua companhia, a Angola e Moçambique.

Não é um acontecimento banal e só nos resta desejar que o projecto vá por diante. Não é só uma grande artista que vai levar à África a sua Arte e o seu talento — é também uma magnifica companhía de declamação que se desloca, com um con-

Por fim, quando a morte já o espreitava de perto, apenas soltava uns gemidos dolorosos e longos em que se lhe ia a vida.

E, realmente, o macaco parecia mais uma criança a finar-se em amargo sofrimento do que um pobre bicho a morrer—como os bichos morrem.

O preto assistia-lhe à agonia e na pupila infantil ia lhe uma certa tristeza. Assaltou-o um vago remorso—esse sentimento de brancos—e pretendeu talvez justificar-se. Aproximou-se mais do macaco. E com o bambu pendido, sem mais pensar em tangê-lo, ia-lhe dizendo:

—¿Eu não disse a você?... Mas você é maluco... Não quís acreditar... Eu avisou que você bem ouviu.

Lá longe por entre ramos densos, noutras plantações, outros macaqueiros sopravam o bambu.

É, naturalmente, defronte deles, balouçados nos ramos, outros macacos tasquinhavam o coconote.

# Amélia Rey Colaço

### vai em "tournée" às Colónias

junto de elementos equilibradíssimo e com o reportório que mais pode interessar ao grande público colonial.

Os empresários Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro, depois da tournée de Alves da Cunha, realizada êste ano, vão instalar definitivamente em Angola e Moçambique o hábito das companhias bem



ROBLES MONTEIRO

organizadas, constituídas por grandes valores e, por conseqüência, com todos os elementos de prestigio para o nosso teatro, todas as vantagens de cultura e nacionalização para o público.

A Portugal Colonial que sempre tem defendido a aproximação cada vez mais intensa das parcelas do Império, faz os melhores votos pela realização desta tournée, como agente espiritual e cultural de aproximação entre Portugal da Europa e o Portugal da África, que bem merecia por parte dos governos coloniais, o mais rasgado dos auxílios.

### Dr. Agostinho de Campos

Volta brevemente a enviar-nos as suas «Cartas mensais de Portugal para as Colónias» o sr. dr. Agostinho de Campos, a quem a necessidade de repouso não permitiu colaborar nos últimos números da *Portugal Colonial*.

Esta notícia de-certo será agradável a quantos, nas Colónias, se habituaram a apreciar e ter como indispensável a colaboração do ilustre escritor.

# DA IMPRENSA

As Colónias Ex-Alemãs

Imperiosa necessidade de Ex-

pansão-Aspirações de Berlim

-A pressão do aumento de po-

pulação

Do nosso correspondente particular

Transcrito de "Sunday Times, de Londres

16 de Outubro de 1932

### IMPRENSA ESTRAN-GEIRA

Alemanha lamenta ainda a perda das suas colónias.

Alguns membros do Govêrno tomaram ontem parte na celebração do quinquagéssimo aniversário da Sociedade Colonial Alemã. O Presidente do Reichstag e o Dr. Solf, antigo ministro das Colónias, estavam entre os assistentes.

A Câmara dos debates do Reichstag achava-se literalmente cheia para a celebração. Foram recebidos vários telegramas, do Presidente Hindenburgo, Chanceler von Papen, Barão von Neurath (Ministro dos Estrangeiros), Von Schleicher (Ministro da Guerra) e o Presidente Luther do Reichsbank.

#### Aspirações veementes

Todos os discursos focaram notòriamente as necessidades alemãs de expansão Colonial e o ex-Governador da África do Sudoeste alemã (Dr. von Lindeguist) declarou;

"A exemplo da aspiração dos nossos compatriotas do Sudoeste africano que em palavras exaltadas anseiam pelo día em que esta Colónia seja anexada à Pátria Mãi, o nosso desejo é como o déles enorme e como o dêles sincero e esperamos que num futuro não muito distante, o Sudoeste Africano voltará a

ser de novo alemão,.. O Presidente da Sociedade é o Dr. Henrique Schnee antigo Governador da África Oriental

e um dos membros da recente Liga da Comissão de Inquérito à Mandchuria em uma entrevista especial que êle concedeu teve ocasião de me expôr qual a atitude da Alemanha perante as suas colónias perdidas.

«Não temos intenção alguma em lançar a desconfiança em todo o mundo e empenharmo-nos em novas aventuras» disse o

«Mas importa em absoluto que o mundo compreenda bem a razão porque, embora sem colónias, a Alemanha considere de essencial utilidade, a manutenção dos trabalhos da Sociedade Colonial Alemã».

#### Por estes tempos mais próximos

«Nós não consideramos as nossas antigas colónias como perdidas embora elas estejam por estes tempos mais próximos sob a administração de outros governos. O sistema dos mandatos não é mais do que uma forma provisória de ladear a questão.

«De uma maneira geral a Europa enferma de um excesso de população. A necessidade de expansão é cada vez maior. E é de esperar, que o sério embaraço que hoje se observa na Alemanha, possa levantar-se amanhã, em qualquer outro país. Em última análise a questão é de tal monta que afecta o futuro de toda a raça

«Os ingleses estão sempre prontos a esquecer que, embora o Império Britânico seja constituído por cêrca de 1/4 da parte habitável do globo-excluindo as regiões Árticas-o total da população anglo-saxónica do Império Britânico pouco maior é do que a população actual da Alemanha a qual, já de si, é sòmente equivalente a 1/8 da que corresponde à França.

O solo da França é fértil enquanto o da Alemanha é pobre. Contudo a França tem uma população inferior a 41 milhões, enquanto a da Alemanha é superior a 64.

«Em 1871 a população da Alemanha era de 41 milhões. O país estava já bem repleto. De 1881 a 1890, a pressão interior levou à emigração uma média de 134.242 pessoas por ano. Não obstante

a população aumentou para 49,4 milhões. De 1891 a 1900 a média da emigração por ano desceu para 52.928, mas no final dêste período a população do país tinha subido para 56.4 milhões.

«De 1901 a 1910 a média anual emigratória desceu para 27.905 emquanto a população atingia 64,9 milhões. De 1911 a 1914 a corrente de emigração desceu tanto que se cifrou em 22.359 por ano, enquanto a população aumentou para 68 milhões».

#### Números trágicos

«Estes números contêm uma tragédia. Faço notar porém o facto dêste crescendo de desenvolvimento se não restringir apenas Alemanha. A capacidade de suportar um acréscimo de população por parte dos países europeus, era inteiramente devido ao desenvolvimento das indústrias modernas e povoamento dos territórios coloniais. O excesso de população da Europa manteve-se até

1914 em consequência da venda de produtos da sua hábil manufactura, aos produtores coloniais de materias primas.

«Durante a Grande Guerra o equilibrio foi destruído. Muitos dos países ultramarinos começaram a criar indútrias próprias. Eles não queriam produtos europeus. Dezenas de milhões d'almas perderam então o seu ganha-pão. Sem que novos mercados para os seus produtos industriais podessem ser criados, êles foram condenados a caminharem lentamente para a ruína.

«Já o nivél da vida acusava uma baixa considerável. Vinte milhões de alemães - o acréscimo de população desde 1871

-teve de viver de géneros importados. Todos os industriais tiveram de ganhar a vida trabalhando matérias primas que, na sua majoria, a Alemanha tinha de importar.

«De acôrdo com o último censo oficial a Alemanha tem presentemente, na verdade, para mais de sete milhões de desempregados. Parece-nos por isso uma perspectiva inconcebível neste momento, que êles todos, possam outra vez ser integrados, para sempre, em ocupações úteis.

«Deixando fora da discussão por agora os sete milhões de desempregados, na sua maior parte operários, devemos tomar em consideração os perigos que adveem da ociosidade de um outro grupo de frabalhadores—o exército sempre crescente dos agitadores.

#### O «Proletariado Académico»

Presentemente, há, cêrca de 350.000 pessoas empregadas nas profissões especialisadas.

Cêrca de 148.000 outras, que antigamente trabalhavam, viram--se desapossadas dos seus salários pela crise económica. Sessenta mil estudantes de escolas superiores—o proletariado académico não têm tido ocasião alguma de exercer os seus misteres. O número déles aumenta na proporção de 10 a 20 mil estudantes por ano. São estes os homens de cérebros exaltados, idealistas e chefes. Qual será o resultado déste "proletariado académico,, fazendo causa comum com os sete milhões de operários desempregados?

A menos que esta situação não alastre pelo mundo não é impossível prever-se o día em que, os países, que têm um território major do que o que êles podem administrar, se encontrem face a face com um sólido bloco formado por aqueles países que têm uma população maior do que a que podem sustentar.

#### «Sob protestos»

«A França é um sétimo maior em território do que a Alemanha, mas emquanto a Alemanha tem de sustententar uma popu-(Conclui na página 20)

## COLONIAL CREVE-SE **IMPRENSA** PORTU-

As Transferências de Angola

O Sr. Ministro das Colónias

responde ao ofício da Asso-

ciação dos Comerciantes de

Angola residentes na Me-

trópole

Transcrito do "Diário da Manhã, de 7-11-1939

X.Mº Senhor — S. Ex.a o Ministro das Colónias enearrega-me de comunicar a V. Ex.a as considerações seguintes que lançou sôbre o ofício de V. Ex.a sem número, de 31 de

"Não há no Ministério das Colónias tempo bastante para responder aos ofícios da Direcção da Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole, refutando todos os argumentos apresentados por esta, para fundamentar as suas numerosas reclamações, cuja sem-razão em regra se reconhece.

O facto de terem chegado ao Ministério das Colónias um certo número de reclamações de boa-fé contra o depósito prévio da importância das transferências requerido, exige que, para esclarecimento do assunto, o oficio agora recebido tenha uma resposta

Diz no comêço do seu ofício a Direcção da Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole que assentou na

opinião de que "o problema das Transferências, só por si, não pode de forma alguma resolver o problema económico e financeiro da Colónia,. Nunca êste Ministério defendeu a opinião de que êsse decreto pu-desse ter tão largas consequências: seria pequenês de espírito defende-la. O decreto n.º 19:773 apenas teve em vista regularizar a questão das transferências. dando à vida económica da Colónia regras gerais de disciplina. Iniciou uma política de nacionalização que tem de ser prosseguida. Mas sob o aspecto financeiro não teve êsse decreto a mais pequena ambicão.

O saneamento das finan-

ças da Colónia começou a fazer-se com o decreto n.º 19:381 e prosseguiu vitoriosamente, além de outros, com os decretos n.os 19:477, 19:558, 20:071, e com a portaria orcamental de 28 de lunho de 1932 publicada em Luanda. Assim se conseguiu não só equilibrar o Orçamento da Colónia, mas também pagar ao comércio muitos milhares de contos de dívidas atrazadas-e, de tal modo que, a êste respeito, quer o Ministro das Colónias quer a Direcção dos Serviços de Fazenda deixaram de ser assediados pelos pedidos constantes dos seus credores. O que resta agora por pagar já não tem um aspecto assustador. Mas o decreto n.º 19:773 não teve intenções de ordem financeira: mesmo o imposto que criou o seu artigo 46.º visava sobretudo a dar coberturas ao Fundo Cambial.

Deve dizer-se que as tntenções económicas do decreto têm em grande parte sido alcançadas — e maior teria sido já o caminho andado se todos, compreendendo os altos fins da lei, procurassem colaborar para que êstes fossem atingidos, sem se perder um tempo precioso com discursos de que nada de construtivo pode resultar.

É quási inútil salientar à Direcção desta Associação os efeitos do decreto. Em todo o caso, é interessante mencionar os seguintes: 1.0) Defesa do valor do angolar. Se não fosse o decreto

n.º 19:773 o valor do angolar teria certamente caído - arrastando os mais graves prejuízos para a economia de Angola. Assim, pràticamente tem-se mantido o valor do angolar, nos limites da sua paridade com o escudo.

2.0) Fixação crescente de capitais na Colónia. Conhece a Direcção de que se trata, o que se está passando em matéria de construções novas feitas por particulares e que tiveram no último ano um incremento interessante; o que se passa com a abertura de novas pequenas fazendas agrícolas (a-pesar-da falta de um crédito agrícola sério que ajude os admiráveis colonos de Angola) que, por exemplo na Vila General Machado, segundo um quadro que esteve ali afixado em público, em curto tempo sofreram uma multiplicação inesperada; o que se passa com pequenas indústrias locais ligadas à agricultura que não tinham mercado e que agora se acham já com um consumo curioso, que tende a aumentar. Isto confirma de resto o ensinamento da experiência de que uma certa

PORTUGAL COLONIAL

dificuldade de transferências das colónias é um grande elemento do seu desenvolvimento.

3.0) Nacionalização do comércio de Angola. Os progressos feitos nesta matéria são evidentes. Os próprios números que a Direcção da Associação indica no seu ofício o mostram.

Assim, em 1929, a importação portuguesa foi sensivelmente de 39,5 % do total; em 1930 foi de 37,7 %; em 1931 foi já de cêrca de 44,8 %, a-pesar-de o decreto n.º 19:773 não ter estado em vigor senão uma parte do ano; em 1932, no primeiro semestre mostram as últimas cifras chegadas, que foi de 55,3 %. Como se vê, o comércio nacional, em menos de dois anos ganhou na importação de Angola um terreno importante.

Na exportação deu-se um movimento semelhante. Em 1929 seguiram para o estrangeiro mais de 58 % do valor dos produtos

da Colónia; em 1932, no primeiro semestre seguiram 46,1 0/0. Ganhou-se aquí também, nas relações com a Metrópole um grande avanço. Estes dados não podem ser indiferentes a nenhum português.

GUESA

A êste respeito num relatório recentemente chegado ao Ministério das Colónias e subscrito pela entidade aduaneira competente lia-se o seguinte: "Por agora, como factor importante e resultante já da sã doutrina do decreto n.º 19:773 permita-me que chame a sua atenção para o facto de a verba correspondente aos direitos de importação de mercadorias nacionais no ano corrente, se ir

aproximando da resultante dos direitos cobrados pela importação de mercadorias estrangeiras. Se tivermos em vista que as mercadorias nacionais pagam, na generalidade, 40 % das suas similares estrangeiras podemos por aqui concluir que o movimento de importação de mercadorias nacionais deve ser hoje sensivelmente duplo da importação de mereadorias doutros países. É certamente êste um facto muito importante, mas não ficará por aqui, mesmo sob êste aspecto, a influência do decreto n.º 19:773,

4.9) Equilibrio da balança comercial. É muito interessante pôr em relevo o que se passa a êste respeito. Pela primeira vez, num longo período, Angola teve a sua balança comercial largamente credora.

Import. Export. 1997 284.314 213,148 Deficit 71.166 Saldo positivo Deficit 2.555 1998 969.817 070 370 1999 314.916 981,990 39, 296 Deficit 1930 945.639 233.968 11.664 1931 Saldo positivo 57.344 146.966 204.310 1932 75.316 75,913 (1.º semestre)

Como se vê o ano de 1931 fechou com um saldo de 57.344 contos de Angola. No primeiro semestre de 1932 nota-se um saldo positivo a-pesar-de a estatística mostrar que a exploração tende a acumular-se no segundo semestre.

5.0) Diminuíção de importações indispensáveis quer por serem de natureza sumptuária quer por poderem ser produzidas na Colónia. Ao lado destas podiam pôr-se outras consequências importantes como, por exemplo, a diminuição de certas importações de artigos sumptuários ou que podiam produzir-se na Colónia. Assim a entrada de automóveis caiu de 367 no primeiro semestre de 1930 para 61 nos primeiros seis meses do ano corrente. A cerveja caiu de 292.458 litros em 1930 no período considerado, para 169.885 em 1932. A farinha de trigo importada baixou de 2.004.982 quilogramas para 1.519.706 quilogramas; o total das bebidas importadas veiu de 4.737 litros nos primeiros seis meses de

1929 para 3.871 em espaço igual de 1932.

Cita a Direcção da Associação signatária, com admiração a queda das importações e a das exportações, dizendo que em 1931 a importação caiu 53,2 % o merelação a 1929. Deve acrescentar-se que contudo nem sempre caíram nesta proporção as importações que asseguram o desenvolvimento e a actividade produtiva de Angola: algumas, bem ao contrário, acusam em 1931 e 1932 uma ascensão — caso bem extraordinário e digno de menção nas circunstâncias presentes do Mundo. Citam-se os seguintes exemplos tirados do Boletim Oficial:

#### Importação (quantidades) nos primeiros semestres de

	1929 ou 30	1931	1932
Carvão de pedra (ton.)	14.275	16.218	17.664
Cimentos (ton.)	6.902	4.122	6.481
Tecidos de algodão em peça (ton.)	567	433	586
Máquinas para agric. e indust. (ton.)	463	710	310
Sacos de grossaria	582		431
Matérias primas para as artes e			
indústrias (ton.)	7.274		6.668

6.º) Permanência ou aumento das quantidades exportadas dos principais produtos da Colónia. Dá-nos o Boletim Oficial a êste respeito números interessantes, que convém lembrar:

#### Exportação (quantidades) dos principais produtos da colónia nos primeiros semestres de

	1930	1931	1932
Açúcar (ton.)	2.377	7.301	4.197
Café (ton.)	2.920	4.628	1.150
Cera em bruto (ton.)	441	537	564
Coconote (ton.)	3.099	2.844	3.036
Diamantes carats	125.438	190.857	142.303
Feijão (ton.)	1.967	2.017	1.452
Gado vacum (cabeças)	3.758	4.558	4.583
Milho (ton.)	23.266	27.027	30.253
Óleo de palma (usos industriais)	2.158	2.585	2.267
Peixe sêco não especificado (ton.).	5.050	5.864	5.581

Estes números, que vêm publicados no Boletim Oficial de Angola—são do conhecimento da Direcção da Associação e tiram grande parte do seu valor à alegada baixa de exportações calculada apenas pelos valores. De facto têm aumentado em relação a 1930, como se vê, as quantidades exportadas dos mais importantes produtos da colónia—exceptuando o feijão e o café. Mas a queda das quantidades dêstes produtos deve quanto ao primeiro, atribuír-se a um possível aumento de consumo local e do segundo a deficiência de colheita, porque não tem faltado nem mercado nem preço remunerador, como é do conhecimento público.

Não pode, em período de baixa de cotação, raciocinar-se apenas sóbre os valores—como faz a Direcção da Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole. Se as cotações fóssem hoje o que eram anos atrás, os valores teriam seguido a progressão que o aumento das quantidades exportadas denota. Mas o índice número dos preços\*dos géneros coloniais que em Março de 1929 era de 2.858, em Março de 1931 era de 1.192, sendo de 1.302 o índice médio do ano; ¿ como não havía o valor das exportações de reflectir a formidável baixa mundial dos preços? Quem quiser analisar a questão imparcialmente tem de olhar sobretudo para as quantidades.

É de salientar que, num momento como êste que o Mundo atravessa, Angola encontra aínda a possibilidade de colocar quan-

tidades crescentes dos seus produtos.

A consideração das quantidades exportadas servirá para corrigir conclusões exageradas que se baseiam apenas nos valores da

exportação.

É grave, sem dúvida, a crise que a baixa das cotações—que nem sempre está na mão do Govêrno remediar, como fez recentemente para o algodão—faz atravessar Angola; mas não é justo nem necessário, para que se tomem as medidas de defesa possível, exagerá-la.

Posta a questão assim—e acentuando-se de novo que a balança comercial da Colónia fechou em 1931—com um grande saldo favorável—¿ de que provêm as dificuldades das transferências? De

três razões essenciais:

1.ª—as transferências acumuladas do passado, que não foi possível ainda remover totalmente, a-pesar-de todos os esforços feitos; 2.ª—do não cumprimento do decreto das transferências por parte de muitos dos mais importantes exportadores de Angola; ainda hoje se recebeu no Ministério das Colónias um telegrama em que se atribuí a esta circunstância a responsabilidade das maiores dificuldades; prestaria à Colónia um grande serviço essa Associação se empregasse junto das empresas devedoras a sua influência para as chamar ao cumprimento do seu dever, facilitando-lhes os meios de o cumprirem;

3.a-a impossibilidade com que se tem lutado de mobilizar as

cambiais que estão na posse do Fundo.

Em todo o caso o estado da questão melhora de mês para mês. Assim é o seguinte o movimento geral do Fundo, segundo as notas existentes no Ministério das Colónias:

Datas. 1932	Requisições a atender	Compro missos em vencimento	Transferências autorizadas
20 de Fevereiro	31.965	38.538	15.855
5 de Março	20.888	38.471	20.318
9 de Abril	55.635	36.882	22.685
1 de Agosto	29.995	. 26.012	70.665
22 de Setembro	40.568	26.332	84.281
15 de Outubro	47.925	34.670	93.664

Estando já em dívida ao Fundo, nesta última data, mais de 10.000 contos, observar-se-á que, havendo a possibilidade de se mobilizarem os compromissos em vencimento o saldo negativo do Fundo é na verdade insignificante. O Ministério não descura um

só dia êste aspecto do problema.

Chama-se a atenção da Direcção a que se responde para o facto seguinte: o valor das transferências feitas até 1 de Agosto quási cobriu o valor total das importações feitas no primeiro semestre do ano. E note-se que uma parte considerável das importações é coberta por fora do Fundo, como sejam as das entidades que se encontram ao abrigo do artigo 97.0 do Regulamento e que são das maís importantes de Angola; essas não pagam as suas importações pelo Fundo.

Éste facto dá bem a medida da fôrça do sistema. Se todos o ajudassem para o bem comum, certamente não haveria já dificul-

dades a esta hora.

E assim vamos chegados ao ponto central da reclamação agora apresentada e que respeita ao depósito obrigatório de angolares para se obterem transferências.

Sabe a Direcção da Associação que esta medida foi recentemente adoptada pelo Fundo Cambial para evitar alguns abusos que infelizmente se notaram.

E o Ministro das Colónias, analisando imparcialmente os

factos, julga-a necessária e justa.

Necessária porque constitui a única forma de evitar os abusos referidos. Todos sabem que em certos casos se requisitaram transferências muitas vezes superiores às que na verdade eram necessárias ou que se podiam pagar. Assim avolumava-se inútilmente a verba das requisições, fazendo supôr que havia para transferir quantías que na verdade não existiam.

Poderiam até maus devedores especular com êste facto—visto que fácil era atribuír ao Fundo Cambial responsabilidades de atrasos em transferências que se não estava habilitado a fazer. Os credores poderiam ser fàcilmente iludidos na sua boa fé—supondo que só dependiam de transferências as quantias que lhes eram de-

vidas.

Por isso o depósito era necessário para reduzir à verdade os pedidos de transferências.

Depois, há que considerar que quem pede uma transferência deve estar habilitado a pagá-la. Se lhe dessem a transferência, pagaya-a e ficaya privado dos angolares com que a tinha coberto.

gava-a e ficava privado dos angolares com que a tinha coberto.

Por isso o depósito é justo. Não seria equitativo fazer entrar ao mesmo título nos rateios os que têm os meios precisos para transferirem e os que não têm êsses meios. Seria até animar a especulação.

Insiste a Direcção da Associação sôbre os inconvenientes da paralização da circulação fiduciária da Colónia, no Fundo—"por conduzir inevitàvelmente a um enorme agravamento das dificuldades que já se estão manifestando acentuadamente desde 1929...

des que já se estão manifestando acentuadamente desde 1929". Não tem êste argumento grande alcance. Em primeiro lugar há que considerar que se todas as transferências pedidas fôssem pagas, dava-se o mesmo fenómeno: a circulação entraria nos Corres do Fundo, dando-se a paralização contra que se protesta. E a Direcção oficiante viria protestar contra o pagamento das cambiais por essa razão?

Depois há que olhar para os números: em Setembro de 1931 a circulação fiduciária era de 47.706 contos, toda de conta do Banco ou resultante do decreto número 16:430. Em Julho último circulavam 49.318 contos, sendo 20.896 de conta do Fundo Cambial. Se êste não funcionasse, a circulação da Colónia estaria reduzida nêsse momento a 28.421 contos, o que seria na verdade muito

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

#### A política nas Colónias

ORTUGAL é um país em que as paixões políticas tomam aspectos de irredutibilidade que em geral conduzem a transformar o grupo ou grupos dominantes em proprietários não só do poder o que seria quási aceitável — mas do próprio país, o que já não pode ser. Lamentemos a fatalidade, que parece psicológica, já que não é fácil eliminá-la, mas tentemos, ao menos criar-lhe fronteiras apertadas para evitar que se adense e generalise um mal que, embora com alternativas, fére todos os portugueses.

E uma das maneiras de o conseguir será certamente convencer os extremistas de todos os grupos, partidos e clans, desde o conservador mais avançado até ao esquerdista mais retrógado de que nas Colónias — a parte mais extensa do país — nem a política tem mecanismo idêntico ao da Metrópole, nem aqueles que lá vivem ligam importância de maior às paixões que por cá nos consomem.

Há palavras que em Lisboa nos exaltam, nos dividem e nos arremessam uns contra os outros que não têm em Luanda, Lourenço Marques, Lobito ou na Beira, o mesmo significado. Chegam lá, frias, geladas

Isto não quere dizer que não haja uma política (com p minusculo como a metropolitana) nas colónias. Existe; simplesmente essa política gira sôbre outros fulcros, tem outros aspectos e outras modalidades. Mas quere dizer, certamente, que os acontecimentos, as pessoas e os problemas de lá, encarados sob os pontos de vista de cá, produzem visões absolutamente falsas e perigosas.

Da mesma maneira todas as tentativas para instalar nas colónias o mecanismo político metropolitano ou simplesmente algumas das suas pecas devem ser consideradas como manobras criminosas sob o ponto de vista dos interêsses morais, espirituais e materiais do Império.

A experiência assim o tem demonstrado.

E se algum partido ou situação política pretende alcancar nas colónias adeptos para as suas ideologias fôrça para a sua organização, número para as suas fileiras ou simpatias para a sua acção, basta que os seus enviados sejam pessoas de trabalho e de sinceridade, de competência e de isenção, de carácter e de justiça — mas nunca caceteiros duma idea ou empolados verbalistas de palavras de dissídio.

Porque se assim o fizer todos os portugueses das colónias estarão com êles, com a situação que representam - numa palavra, com quem superiormente defender os seus interêsses.

H. G.

pouco. Às operações do Fundo se deve na verdade a circulação presente-não se podendo dizer que na Colónia se abusa do recurso à nota. Esta circunstância é muito importante sob o aspecto especial da defesa do angolar-que tem de facto muita procura. E a necessidade de obter esta moeda para os depósitos exigidos pelo Fundo aumenta êsse valor de procura, que contribui para evitar uma maior alta do custo de vida e para manter um necessário prestigio à moeda de Angola.

Sabido assim que ao Fundo se deve a situação presente da circulação-pregunta-se: ¿ não será anular esta vantagem exigir o depósito de todas as quantias necessárias ao pagamento de transfe-

Não porque a verdade é que os depósitos-que não atingem senão parte da circulação - segundo informação recebida de Luanda, ficam retidos ali um máximo de dois dias e um máximo de quatro nas demais dependências. Não há práticamente paralização da circulação fiduciária.

lá se pôs a hipótese do pagamento de juros aos depositantes; mas a insignificância dos lucros que para estes adviriam e o encargo que para o Fundo isso representava fez arredar, ao menos por agora, a hipótese.

Dêste modo não parece que tenha razão a reclamante. Argumenta esta também com a situação dos exportadores: "uma classe há, a dos exportadores, especialmente atingida, visto que sendo sua principal função exportar géneros coloniais, os seus angolares só podem servir para acquisição de novos produtos, que hão-de constituir o "roulement,, da sua casa e, em conjunto, o da Provincia...

Que o regime das transferências exija sacrifícios a todos-é a verdade. Mas que se diga que o depósito prévio sacrifica especialmente os exportadores-eis o que não traduz a realidade. Os exportadores são as entidades que dispondo na Colónia de cambiais têm a cada momento a possibilidade de terem sempre na mão todos os angolares que correspondem às suas coberturas. Basta vendê-las ao Fundo; êste paga imediatamente todas as cambiais que lhe levarem. O regime de depósito só em casos muito especiais pode afectar certos exportadores. Mas êsses casos podem e devem ser considerados nas suas condições especiais-para que nenhuma indústria encontre no regime das transferências dificuldades que possam diminuir o seu poder de trabalho. Não são uma razão para se modificar um sistema geral que, em si, é justo e necessário". Sem outro assunto, desejo a V. Ex.ª Saúde e Fraternidade.

MANUEL PEREIRA FIGUEIREDO O chefe do gabinete

## lotas do mê

#### Os carburantes em Angola e Moçambique

O problema do carburante a base de alcool que é uma das velhas aspirações da economia das nossas colónias vai, finalmente, ao que parece, ter uma solução prática. A questão está sofrendo um estudo aturado e será brevemente solucionada.

Escusado é encarecer a importância desta medida. Representa um papel de tal ordem na vida económica das nossas colónias de África que, bem pode dizer-se, constitue hoje uma das mais fecundas soluções para a grave crise que estamos atravessando.

No próximo número a Portugal Colonial publicará sôbre o assunto um artigo sensacional dum dos nossos mais ilustres colaboradores, técnico a quem o problema dos carburantes em Moçambique deve os mais valiosos subsídios.

#### O abastecimento de água a Luanda

Como se sabe o sr. Ministro das Colónias, durante a sua viagem em Angola, determinou que êste problema fôsse ràpidamente resolvido, acabando-se de vez com a vergonha que é o actual abastecimento de águas à capital da Colónia. Forneceu para tanto os elementos necessários e as facilidades indispensáveis. Foram resolvidos os embaraços financeiros que até hoje eram o pretexto e, nalguns casos, a causa real do abandono a que, pràticamente, o problema estava votado e ordenadas as providências que ràpidamente trariam à questão a solução adequada.

Todavia ainda não pode dizer-se que o caso tenha avançado notàvelmente.

Verifica-se que o estudo apresentado a S. Ex.ª o Ministro não foi cuidadosamente elaborado e que contem deficiências de ordem técnica que impõem a sua reprovação.

Por êsse motivo consta-nos que vão fazer-se, urgentemente, novos estudos que evitarão que, depois de tantos anos de espera, Luanda viesse a ficar tão mal servida como antes e com mais um pesado encargo.

E Luanda terá água como deve ter e como a sua categoria de

grande cidade do futuro o exige.

#### Boletim da Agência Geral das Colónias

Poi publicado o número dêste Boletim dedicado à viagem do sr. Ministro das Colónias a Angola. É um grosso volume em que se conteem todas as fases da viagem e o relato de todos os acontecimentos a que ela deu lugar, constituindo um magnifico relatório capaz de fazer sentir o que foi essa jornada triunfal que a Metrópole de-certo não sentiu nem avaliou em boa vontade.

Mas se o volume agora publicado tem o mérito de reflectir um triunfo ministerial e fazer reviver horas de fé e de bom portuguesismo que nessa colónia se viveram, tem também a notável virtude de constituir no seu conjunto um repositório das aspirações e reclamações dos colonos de Angola e um elemento político, económico e moral de estudo dos seus problemas mais sentidos pela população.

A Portugal Colonial que por hábito e regra evita os adjectivos pessoais e os confere - quando confere - cuidadosamente, é com prazer que regista o valor da compilação feita pelo sr. Júlio Cayola, redactor do Boletim, a quem êste número se deve e que felicita o Agente Geral das Colónias, tenente-coronel sr. Garcês de

Lencastre.

#### Liceu Nacional de Huila

Pela pasta das Colónias, vai ser publicado o seguinte decreto:

Artigo 1.º É equiparado aos liceus nacionais da Metrópole. para efeitos pedagógicos, e nomeadamente para os da equivalência das habilitações nêle conferidas, o Liceu Nacional da Huila.

Art. 2.º O referido liceu terá a organização e regime do ensino vigente nos liceus similares do continente, pôsto em vigor em Angola, devendo ser-lhe aplicada a legislação que na Metrópole fôr decretada sôbre o ensino secundário.

Art. 3.º O recrutamento dos professores efectivos será feito nos termos estabelecidos no decreto n.º 18.336, de 13 de Maio

de 1930.

§ 1.º Os professores da extinta Escola Primária Superior "Artur de Paiva, poderão continuar a prestar serviço no Liceu Nacional da Huifa, como professores provisórios.

2.º Aos concursos por provas públicas poderão ser admitidos todos os indivíduos com qualquer curso superior, ou que tenham exercido o cargo de professor provisório num dos liceus da Metrôpole ou das colónias e os que estejam legalmente habilitados para o exercício do ensino secundário particular.

§ 3.º Os candidatos aprovados nos concursos a que se refere o § anterior e os indivíduos idóneos que possam ser escolhidos nos termos da última parte do citado artigo, para o provimento dos lugares de professores efectivos dos liceus coloniais, só poderão ser nomeados após o exercício de seis meses de estágio no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes), com mais de 10 valores atribuídos pelo Conselgo Escolar do mesmo liceu.

§ 4.º Os juris para os concursos são compostos de professores de ensino superior e do ensino secundário, à escolha do mi-nistro da Instrução Pública, e o programa para as provas é o da licenciatura no respectivo grupo, sendo eliminatórias as provas escritas. O número de provas escritas, práticas e orais será determinado pelo ministro da Instrução Pública, ouvida a secção do En-sino Secundário do Conselho Superior de Instrução Pública.

§ 5.º São abertos concursos logo que se entenda oportuno, nos termos do artigo 3.º do decreto n.º 18.336, para o provimento de uma vaga em cada um dos grupos de ensino liceal, com excepção do 4.6 grupo ".

#### Tabaco manufacturado em Angola

Pela pasta das Colónias vai ser publicado o seguinte decreto:

"Artigo 1.º Será isento do imposto de sêlo, durante o corrente ano económico, todo o tabaco manufacturado em Angola que, em navio nacional, for despachado para o enclave de Cabinda.

§ único. O Govêrno Geral de Angola tomará as providências precisas para que o tabaco despachado nas condições do presente artigo sofra uma fiscalização especial, de modo a não ser vendido

fora do referido enclave. Art. 2.º Será isento de direitos de exportação, durante o corrente ano económico, todo o tabaco não manufacturado saído da

colónia em navio nacional.

Art. 3.º As serapilheiras destinadas à embalagem do tabaco, importadas por produtores de tabaco que previamente se inscre-vam como tais na Direcção dos Serviços Aduaneiros, entrarão sob o regime de importação temporária, por prazo não superior a quatro meses,..

#### Divisão administrativa de Angola

As modificações na Divisão Administrativa de Angola continuam a fazer-se a compasso, sôbre o mapa, em Luanda. Os resultados não são de surpreender.

Um dos últimos problemas de geometria resolvidos no Govêrno Geral, foi o que extinguiu a antiga circunscrição do Alto Cunene, anexando à Chibia os seus postos civis.

É preciso conhecer bem a topografia local e as características da região para se avaliar em boa consciência o disparate.

As consequências são já visíveis. Tôda a região ocupada an-tigamente pelo Alto Cunene—uma das mais recomendáveis de tôda a Colónia para a criação de gados-exibe o abandono e a decadência mais completos. Exigir do administrador de Chibia uma acção prática sôbre a antiga circunscrição é uma cousa que se pode estabelecer no papel - mas que em papel ficará.

Não se respeitaram indicações de ordem económica, tão níti-das, que aconselhariam não só a manter o Alto Cunene, como também o anexar-lhe o posto de Quipungo, formando assim um posto homogéneo nas suas características de região eleita para a criação de gado e indústrias pecuárias; não se consideraram ra-zões de bom senso que logo mostrariam o abandono a que se votava uma região que, pelo contrário, convinha valorizar e que tinha em si todas as condições para isso.

Com o pretexto de fazer economias fez-se simplesmente o seguinte: Juntou-se a uma circunscrição caracterisada econômicamente pela agricultura planáltica, e cujo desenvolvimento se tem de fazer, naturalmente, nesta conformidade, com outra de natureza própria à exploração pecuária subordinando êste todo heterogéneo à direcção dum funcionário que já não dispunha de meios elementares para acudir à segunda.

Se o simples pretexto da economía pode bastar e parece ser aceitável, então será talvez melhor acabar com todas as circunscrições-ou fazer de todas uma só, regida pelo administrador do concelho de Luanda.

É uma obra. Quem sabe?

#### Jornalistas estrangeiros em Angola

Partiram o mês passado para Angola, onde já se encontram, alguns jornalistas franceses que vão percorrer a colónia e colher impressões para os seus jornais acêrca de uma rica possessão ultra-

Aguardamos o resultado da sua visita e os seus escritos para

nos pronunciarmos.

Temos recebido de braços abertos tantos detratores que a reserva não é de estranhar. Desejamos sinceramente ter de reconhe-cer um dia que foi injustificada.

#### Pôrto de Novo Redondo

Com as improvizações em que o Govêrno Geral de Angola tem sido fértil, nos últimos tempos, o problema do pôrto de Novo Redondo vai ter naturalmente a solução menos adequada. Há dois caminhos a escolher: Ou se dá vida ao pôrto actual pela construção da ponte cais que porá de parte durante alguns anos a escôlha de melhor e mais económico fundeadouro para os navios ou se vai para uma solução aceitável e, podemos dizer, humanitária: a da escolha do pôrto de ...... com óptimas condições, a 12 quilómetros da cidade.

No primeiro caso perderão os importadores e exportadores a esperança de deixarem de ser sobrecarregados com os pesados encargos das cargas e descargas num pôrto (?) em que os navios são obrigados a fundear, muitas vezes sob forte calema, a bastantes qui-lómetros da praia. É uma situação com a qual lucram os proprietários das embarcações mas em que perdem os carregadores e a

economia do Quanza Sul.

No segundo caso ter-se há encontrado a forma de aliviar as mercadorias de importação-e sobretudo os produtos de exportação-de ónus graves que mais dificultam a situação já delicada em

que se encontram.

Mas há ainda uma questão grave a fazer pôr de parte a idea de manter o actual pôrto de Novo Redondo: São as condições de trabalho criadas aos indígenas empregados nas cargas e descargas questão extremamente delicada e para a qual chamamos a atenção do Govêrno.

Por todas estas razões é de esperar que o Govêrno Geral de

Angola... escolha a primeira solução.

#### Comissão do Acto Colonial

Sob a presidência do sr. conde de Penha García tem reunido, ùltimamente, por várias vezes, a Comissão do Acto Colonial.

A Comissão concluiu os trabalhos relativos às Bases e Cartas Orgânicas e à lei e regulamentos das concessões do Ultramar. Foi relator do trabalho sóbre as "Bases e Cartas Orgânicas,, o ilustre magistrado sr. dr. Pedroso de Lima e dos projectos relativos a concessões o antigo ministro das colónias sr. coronel Lisboa de Lima.

O sr. conde de Penha Garcia conta apresentar ao sr. ministro das Colónias aqueles dois trabalhos, que para êsse efeito estão a ser

passados a limpo.

A Comissão vai continuar os seus trabalhos sôbre os outros assuntos, cujo estudo lhe foi confiado.

#### Diversas

Reiiniu-se, na Sociedade de Geografia, a Comissão Africana, que se ocupou do projecto de colonização, referente a algumas regiões de Angola, projecto que já foi discutido e aprovado e entregue à Direcção daquela Sociedade.

Foi igualmente entregue àquela instituição o Projecto Geral de Colonização, da autoria do Sr. António Lopes.

Confirma-se a notícia, que em tempo demos, àcêrca da prorrogação do prazo para a entrega dos documentos necessários à instrução dos processos de aposentação dos funcionários civis coloniais, a-fim-de se evitar que a êsses funcionários sejam suspensos os respectivos vencimentos, como determina a lei, visto ter há dias expirado o prazo para a apresentação dêsses documentos.

Pelo novo diploma é aumentado de 180 dias, improrrogáveis, o prazo de 360 dias estabelecido no artigo 15.º do decreto n.º 20.260, de 31 de Agosto de 1931, para a entrega, nas reparti-ções competentes, dos respectivos processos de aposentação dos funcionários ou empregados civis, dos quadros coloniais, abrangidos pelas disposições do citado artigo 15.º, ou de quaisquer documentos que faltem para a instrução legal dos mesmos processos, ficando essas repartições obrigadas a comunicar às instâncias incumbidas da liquidação das pensões provisórias de aposentação, a data da entrega dos referidos processos ou documentos em falta.

Pelo mesmo diploma é fixado em 150 dias, improrrogáveis, o prazo máximo estabelecido no artigo 16.º e seu § único do decreto n.º 20.260, de 31 de Agosto de 1931, para a entrega, nas repartições, dos processos de aposentação dos funcionários civis coloniais, abrangidos pelas mencionadas disposições, ficando essas repartições obrigadas a comunicar às estações incumbidas da liquidação das pensões a data da entrega dos processos.

Foi aposentado o condutor de 2,ª classe de Obras Públicas das Colónias, sr. Alfredo Costa Correia Júnior.

Com o sr. Ministro das Colónias, teve uma demorada con-

ferência o sr. almirante Magalhãis Correia

Vai ser publicado o decreto, a que já largamente nos referimos, aumentando de 170 dias improrrogáveis o prazo para a entrega, nas repartições competentes, dos documentos que faltem para a instrução legal dos processos de aposentação.

No dia 2 de Novembro foram pagos os vencimentos aos funcionários militares da colónia de Moçambique, das classes activas e inactivas; em 3, aos funcionários civis do activo, e em 4, aos

civis da classe inactiva.

#### Angola

Foi autorizado o Govêrno de Angola a prover as vagas de professores primários por professores interinos, enquanto não se fizer a reorganização do ensino primário naquela Colónia.

O Sr. Ministro das Colónias autorizou a concessão da verba de 150.000,00 angolares anuais, para a Direcção dos Serviços de Saúde de Angola adquirir vacina anti-variólica, destinada, em

grande parte, aos indígenas.

Para efeitos da contribuição industrial, o concelho de Luanda passa a ser subdividido em quatro zonas, correspondendo a cada uma delas a classificação de terras de 1.ª ou 2.ª classe. Com esta medida será feita uma distribuição mais justa e equitativa da carga fiscal, o que vinha sendo há muito reclamado.

- A Comissão Africana da Sociedade de Geografia, apreciou um oficio enviado pelo presidente da sub-comissão de colonização, àcêrca do projecto de colonização do Planalto de Benguela

elaborado pela mesma sub-comissão.

•••O Govêrno de Angola está elaborando um projecto de diploma unificando os vencimentos dos funcionários daquela Colónia, projecto que vai submeter à apreciação do Govêrno central.

Foi regulamentado o imposto especial de 1 % «ad-valorem» mandado aplicar sôbre a importação e exportação pelos portos do distrito de Luanda, para garantia dum empréstimo de 1.800 contos que se destina à construção duma ponte-cais em Novo Redondo e vários melhoramentos em Pôrto Amboim, sendo 1.500 contos para a ponte-cais e o restante para os edifícios públicos dêste último

Segundo comunicação recebida no Ministério das Colónias, o capitão do pôrto de Luanda procedeu ao estudo da navegabilidade do rio Quanza, sendo de parecer que êsse rio é perfeitamente navegável desde que se proceda a um trabalho intenso de dragagem e limpeza das margens, trabalho êsse que não será muito dispendioso e que muito virá a beneficiar uma extensa e rica região de Ángola, trazendo por aquela via os seus produtos para o litoral.

Foi confirmado pelo Govêrno de Pretória o acôrdo celebrado relativamente à delimitação de fronteiras entre Angola e os territórios mandatados de África de Sudoeste, bem como à manu-

tenção das marcas respectivas.

Foi autorizado um empréstimo com a Caixa Económica Postal de Angola, da quantia de 150.000,00 angolares, para fazer face à despesa com a instalação eléctrica no Laboratório Central de Patologia Veterinária de Nova Lisboa.

Em Angola existe grande quantidade de tabaco e café e ainda de outros produtos, que, em vista da redução dos fretes, vão ser exportados em larga escala, especialmente o tabaco, cujo

"stock,, é importante.

- A associação do planalto de Benguela enviou ao govêrno central uma exposição contra a pretensão da Câmara Municipal de Benguela de aumentar para o dôbro o impôsto adicional de importação cobrado nas alfândegas de Benguela e Lobito, pedindo para ser feita uma divisão equitativa dos impostos municipais do interior.

#### Moçambique

Segundo comunicação recebida de Moçambique, os fundos existentes na primeira decada do corrente mês, nos cofres do Estado, na Colónia de Moçambique, eram de 36.279 libras e 34.038.418\$00.

A circulação fiduciária das notas-libras do Banco Ultramarino diminuíu 175 libras, aumentando, porém, a das notas de escudos

em 9.386.000\$00.

••• O Sr. Ministro das Colónias autorizou o Govêrno de Moçambique a proceder à revisão dos vencimentos do funcionalismo público da Colónia, equiparando-os de forma a terminar com certas desigualdades ainda existentes e que têm dado origem a reclamações. O assunto será, depois, submetido à aprovação do Conselho do Govêrno e, por fim, à do Sr. Ministro das Colónias.

 O governador geral de Moçambique comunicou ter consultado todos os organismos comerciais, industriais e agrícolas da Colónia, para apresentarem indicações ou propostas sôbre as alterações que mais convêm introduzir no projecto de remodelação das pautas aduanciras em vigor na mesma Colónia, projecto que será submetido a aprovação do Conselho do Govêrno e virá depois para a Metrópole a-fim-de o Sr. Ministro das Colónias o apreciar.

Nessa remodelação serão substituídos os direitos «ad-valorem»

por direitos específicos.

- Segundo comunicação recebida no Ministério das Colónias, a missão encarregada da revisão da fronteira entre Moçambique e a Rodésia Sul, terminou os trabalhos relativos aos rios Save e Limpopo, passando a executar os precisos trabalhos de gabinete. Para êsse fim, regressam à Metrópole os membros da referida missão srs. major Jorge Castilho e engenheiro geógrafo António do Canto.

Vai ser liquidada a dívida da Colónia de Moçambique a Cabo Verde, por direitos de trânsito de correspondência, na importância de 1.400 contos.

Segundo informações recebidas de Cabo Verde, a Companhia do Cabo Submarino já fez a ligação directa entre S. Vicente de Cabo Verde e Bathurst, devendo ser extinta a estação da mesma Companhia na cidade da Praia.

A Associação Comercial de Bolama dirigiu ao Sr. Ministro das Colónias uma larga exposição pedindo o restabelecimento da capitania dos portos, alegando, além de outras razões, a circunstância de ser Bolama um dos melhores aeroportos da costa ocidental da África, frequentado por aviões estrangeiros, sendo por isso indispensável a permanência dum oficial de marinha naquela cidade.

#### S. Tomé e Príncipe

Na primeira reŭnião da Junta Central do Trabalho e Emigração, será tratado o assunto respeitante ao processo enviado pelo Govêrno de S. Tomé, que trata do pagamento dos juros de fundos do cofre de trabalho e repatriação, constituídos por salários dos serviçais de S. Tomé e Príncipe.

O governador de Timor comunicou ter terminado o prazo do concurso para médicos, não tendo havido nenhum concorrente.

#### Índia

Vai ser restabelecido na Índia o registo dos serviçais, registo

que será feito no comando da Policia.

O Govêrno geral da Índia propôs ao Govêrno central que seja regulada a questão das pensões do Montepio Oficial naquele Estado.

Essas pensões, acrescidas da respectiva melhoria, serão liqui-

dadas em escudos, ao câmbio do dia.

As pensionistas residentes na Colónia, cuja melhoria não fôr actualmente igual, pelo menos, a vinte e duas vezes a pensão a que têm direito, receberão uma subvenção pelo fundo de compensação, que será igual à diferença existente entre o número de rupias, ao câmbio do dia, produzido pelo conjunto da pensão e melhoria. Passa a ser obrigatória a inscrição como sócios do Montepio Oficial a todos os funcionários civis ou militares da Colónia.

O Govêrno, quando, porventura, não tenha disponibilidades próprias para fazer face a estes encargos, poderá estabelecer um

subsídio, que não irá além de dez mil rupias anuais.

#### Macau

O Govêrno de Macau comunicou ter entrado ali em vigor o orçamento da Colónia depois das alterações sofridas, sendo as receitas previstas na importância de 5.245.990 patacas e 55 avos e as despesas em igual quantia. Informa também que os encargos da Colónia relativamente aos empréstimos contraídos com a Caixa Económica Postal, são com amortização e juros respectivamente, de 78.700 patacas e 29.888 patacas.

O Govêrno de Macau comunicou que, em vista da constante oscilação cambial no mercado local, não tem cotação o «reisckmark», o que impossibilita a emissão de vales para a Alemanha, tendo sido mandado suspender temporariamente essa emissão,

da subvenção ao funcionalismo daquela Colónia, em virtude da grande carestia da vida, e pediu para serem pagos a Macau os suprimentos que esta Colónia fez a outras colónias, no montante de 4,002.321,10.

O governador de Macau propôs que sejam admitidos correios e distribuídores para os Correios daquela Colónia, sendo indispensável para o desempenho desses lugares que saíbam ler e escrever a língua china.

### Conselho Nacional de Defesa Nacional

Criou-se em Portugal, com o título acima, um novo grupo de propaganda e estudo dos problemas coloniais.

Ainda bem.

A-pesar-dos resultados nítidos já obtidos em matéria de propaganda colonial, o que é certo é que aínda estamos longe de ter formado em Portugal, a mentalidade e o pensamento coloniais que devem corresponder, à nossa posição de país colonial.

E animador dêste novo grupo o sr. dr. Gilberto Marques, que últimamente fez, perante uma assemblea de coloniais, a exposição dum plano de colonização

da sua autoria.

Reservando para mais tarde a apreciação das ideas do sr. dr. Gilberto Marques, em matéria de povoamento europeu nas Colónias, visto que elas merecem um exame e um estudo cuidadosos, a Portugal Colonial felicita-o desde já pela generosidade das suas intenções e pela actividade que está pretendendo desenvolver.

#### As Colónias Ex-Alemãs

(Conciusão da página 14)

lação de 64 milhões, a França tem a seu cargo menos de 41. A França é muita vez obrigada a importar uma quantidade considerável de trabalhadores estrangeiros para as suas necessidades internas. A população em França não aumenta. A Alemanha tem restringido voluntàriamente a sua natalidade, mas sob protestos.

«Onde quere a França encontrar gente para povoar o seu vasto império colonial? Qual poderá vir a ser o estado de espírito e o efeito psicológico das futuras gerações novas da Alemanha, ao observarem estes factos, encontrando-se elas mesmo excluídas de toda a actividade colonial?

Atender aos problemas que derivam da imperiosa necessidade de expansão da Alemanha—isto é, no sentido da colonização de territórios que ela pode desenvolver segundo o seu próprio critério e em seu próprio beneficio-esforçar-se por efectuar entendimentos amistosos com outros países mediante negociações pacíficas, é o fim que anima e justifica a continuação da nossa Sociedade Colonial Alemã, muito embora, de facto, não tenhamos territórios coloniais para administrar, por estes tempos mais próximos.

#### 1 Marchet | 1 Marc **CAMBIOS**

PRAÇAS	COMPRA	VENDA	
Londres	. 108\$48	109\$80	
Paris	. 1\$29,6	1\$31,2	
Suiça	. 6\$36,0	6\$43,7	
Bélgica	. 4\$58,6	4\$64,2	
Itália		1\$71,0	
Holanda	. 12\$27,4	13\$43,5	
Madrid	. 2870,3	2\$73,6	
Nova-York	. 32\$80	33\$35	
Brasil		2\$60,2	
Noruega	, 5853,3	5\$60,0	
Suécia	. 5\$66,5	5\$73,3	
Dinamarca		5\$72,1	
Praga	\$98,4	\$99,5	
Viena		3\$92,1	
Berlim		7\$94,1	
Agio do ouro	. 44 0/0	-	
Libras ouro		1	
Ouro fino gr	. 15\$02,2	-	

# Colónia de Moçambique

### Influência que o pôrto da Beira pode ter no desenvolvimento económico do distrito de Tete e no aumento da sua colonização por portugueses europeus

desenvolvimento económico da Colónia de Moçambique e o desejável aumento da sua colonização por portugueses europeus, depende muito da rede de comunicações que na Colónia ligue entre si as suas diversas regiões, e estas com os portos comerciais que existam na sua costa marítima, e onde a grande navegação e o tráfego marítimo encontrem segurança e facilidade que interessem às operações comerciais que nêsses portos a navegação tenha a realizar.

É já vasta a rede de comunicações ferro-viárias de Moçambique traçada com os objectivos que ficam indicados, e pode dizerse que, salvo quanto ao distrito de Tete, as malhas da rede existente constituirão, em comunicações, e por largo tempo, suficientes elementos materiais de trabalho interessando directa e profundamente ao desenvolvimento económico de Moçambique, sobretudo se a algumas das suas actuais linhas férreas, forem aumentadas as respectivas zonas de influência por meio de estradas delas subsidiárias, e se, sôbre estas, os próprios caminhos de ferro montarem emantíverem um regular serviço de transportes por veículos automóveis, coordenados êsses transportes com os que haja a realizar por via férrea.

Evidentemente que o prolongamento de algumas das actuais linhas férreas da Colónia de Moçambique, ou a construção de ramais dos caminhos de ferro existentes, podem vir a tornar-se necessários quando o tráfego a transportar aumente notávelmente ou a qualidade dêsse tráfego o venha a exigir.

Mas no momento actual, e salvo no distrito de Tete, a Colónia de Moçambique tem, em comunicações ferro-viárias, a extensão suficiente para as necessidades actuais, e em próximo futuro, do transporte do seu tráfego comercial entre as várias regiões da Colónia e entre estas e os portos comerciais que sejam gares marítimas dos seus caminhos de ferro de penetração.

Infelizmente os reflexos da crise mundial na Colónia de Moçambique têm determinado nos últimos tempos um estacionamento, senão retrocesso no desenvolvimento económico da Colónia, em vez dos desejáveis progressos dêsse desenvolvimento. E, como conseqüência fatal, as linhas férreas existentes na Colónia, e salvo a de Lourenço Marques para o Transvaal, não têm conseguido ver equilibradas as suas despesas de exploração e manutenção com as receitas da exploração, não se podendo mesmo pensar em reservar dessas receitas qualquer quantia, a título de juro e amortização dos importantes capitais gastos na construção das linhas férreas.

Nestas condições, aumentar as redes ferro-viárias existentes, ou iniciar a construção de novas linhas férreas sem haver a certeza de que importante tráfego as utilizará, logo que elas sejam abertas à exploração, é aumentar os encargos da Colónia, sem contra-partida de equivalentes benefícios para ela.

Elementos interessantes para o estudo económico do problema de que nos estamos ocupando, são fornecidas pela mais recente das estatísticas do comércio e da navegação de Moçambique: a estatística relativa ao ano de 1931.

E, com efeito, aparte o distrito de Lourenço Marques, onde o

valor total da importação e exportação aumentou de cêrca de 10 % de 1927 para 1931, em todos os demais distritos da Colónia, excepção do de Tete, aquele valor diminuíu considerávelmente de 1927 para 1931.

E assim, no distrito de Inhambane, já servido por uma razoável extensão de linha férrea, o valor total da importação e exportação passou de 852 contos (ouro) em 1927, para 595 contos (ouro) em 1931. Houve portanto uma redução no comércio de importação e exportação de cêrca de 30 %.

Nos rendimentos brutos das alfândegas do distrito, que passaram de 5.259 contos (moeda portuguesa) em 1927 para 1.712 contos em 1951, a quebra de receitas aduaneiras foi de 68 %

No Chinde, o valor da importação e exportação diminuíu de cêrca de  $42^{-9}/_{0}$  entre os mesmos anos, e as receitas aduaneiras diminuíram de cêrca de  $47^{-9}/_{0}$ .

Em Quelimane o valor da importação e exportação diminuíu de cêrca de 30 % a-pesar-da razoável extensão de caminhos de ferro daquele distritro, e das importantes obras que em melhoramentos da rede ferro-viária ali se têm feito nos últimos anos. O rendimento aduaneiro diminuíu, porém, em cêrca de 53 %.

No distrito de Moçambigue, a-pesar-do impulso dado nos últimos anos ao caminho de ferro que, partindo da costa marítima, está, desde 1912 a ser construído até ao lago Chirúa; a-pesar-de estarem já abertos à exploração mais de 200 quilómetros dêsse caminho de ferro, o valor total da importação e exportação reunidas passou de 4.270 contos (ouro) em 1927 para 3.055 contos (ouro) em 1931, sofrendo portanto uma redução de cêrca de 28 % o. A redução das receitas totais aduanciras foi de cêrca de 32 % o.

Só o distrito de Tete tem resistido a esta diminuição nos valores globais da importação e exportação, e à diminuição das receitas advaneiras

E, com efeito, o valor total da importação e exportação de Tete, que em 1927 fóra apenas de 277 contos (ouro), subia gradualmente nos anos seguintes, tendo em 1931 atingido 1.212 contos (ouro), ou seja quási 5 vezes o valor de 1927.

As receitas aduaneiras, que haviam sido em 1927 de 1.088 contos (moeda portuguesa) passaram em 1931 para 1.850, ou seja um aumento de 70  $^0$ /0, e isto sem que o distrito de Tete possua ainda qualquer caminho de ferro de penetração.

Éste aumento no desenvolvimento económico do distrito de Tete durante os últimos 5 anos, deve-se, sem dúvida, à influência que nesse desenvolvimento deve ter tido o prolongamento do caminho de ferro do Nyassaland, desde Port Herald até ao Chindio, na margem esquerda do Zambeze, linha férrea que no Baue passa a 200 e tantos quilómetros apenas da capital do distrito de Tete, e de algumas das regiões onde já se iniciaram prometedoras explorações utilizando as possibilidades do distrito.

E porque assim deve ter sido, pode prever-se a influência que no desenvolvimento económico de Tete, rico em jazigos minerais industrialmente utilizáveis, como em relação a alguns minérios já está sobejamente demonstrado, e com regiões susceptíveis de nela se fixar a raça branca, deve ter um caminho de ferro de penetração, mesmo de poucas centenas de quilómetros, e que, completado com uma rede de estradas subsidiárias dêsse caminho de ferro, ligue o centro do distrito com as redes ferro-viárias mais próximas e por intermédio delas com a costa marítima.

Várias têm sido as soluções imaginadas para a ligação por via férrea do interior do distrito de Tete com a costa marítima de Moçambique.

Tem-se pretendido que essa ligação se faça partindo a linha férrea do centro de Tete, a atingir a testa marítima do caminho de ferro de Moçambique. Segundo êsse traçado a nova linha férrea utilizaria a parte do caminho de ferro de Moçambique já construída, e o seu imaginado prolongamento até à fronteira leste da colónia inglesa de Nyassaland perto do lago Chirúa, e depois, através daquela colónia inglesa, iria atingir o distrito de Tete.

Essa linha férrea teria uma extensão de cêrca de 1,000 quilómetros, dos quais 186 correriam em terras da colónia inglesa do Nyassaland. Daqueles 1,000 quilómetros há construídos pouco mais de 200. E como no tráfego a transportar por êsse caminho de ferro haveria a contar, por ano, com algumas centenas de milhares de toneladas do carvão de Tete, que viria a passar pela sua gare marítima, nesta haveria a construír um pôrto comercial com cais acostáveis à grande navegação, e com as demais custosas instalações que num pôrto comercial freqüentado pela grande navegação se exigem; e na actual testa marítima do caminho de ferro de Moçambique ainda não há.

Tal solução para o problema de Tete obrigaria a uma despesa de alguns milhões de libras.

Outras soluções se têm imaginado para o problema de Tete, tais como: a construção de uma linha férrea que ligasse o interior do distrito ao pôrto de Quelimane ou à baía de Pebane.

Qualquer dessas soluções exigiria a construção de cêrca de 500 quilómetros de linha férrea, e a construção de um pôrto comercial em Quelimane ou em Pebane. O dispêndio a que qualquer das soluções obrigaria não andaria longe de 3 milhões de libras.

Finalmente, tem-se pensado em resolver o problema ferroviário de Tete ligando, por caminho de ferro, o centro do distrito à rede ferroviária que, vinda de Blantyre e Port Herald, se prolonga até ao rio Zambeze, passando na Mutarára, e, dali, o tráfego de Tete seguiria sôbre a ponte em construção no rio Zambeze, pela qual atingiria Sena, para, atravez do caminho de ferro Transzanbeziano, chegar até ao pôrto da Beira.

Esta idea comportava ainda duas soluções: a do caminho de ferro de Tete atingir a rede ferroviária do Nyassaland em Chilomo, e a do caminho de ferro de Tete atingir a linha férrea Nyassaland-Beira na Mutarára, margem esquerda do Zambeze, perto da ponte em construção sôbre êste río.

A primeira destas soluções era a menos recomendável por obrigar o tráfego marítimo de Tete a percorrer cêrca de 80 quilómetros sôbre um ramal ferroviário da rede de Nyassaland, e depois algumas dezenas de quilómetros sôbre essa mesma rede, dentro daquela colónia Inglesa.

A segunda das soluções obtem-se construindo cêrca de 240 quilómetros de linha férrea, todos em território português, evitando-se assim que o tráfego marítimo entre Tete e a Beira atraves-sasse, como sucederia com a solução anterior, territórios que não pertencem à colónia de Moçambique.

A realização desta última solução, a mais recomendável de todas as imaginadas, não exigirá dispendio superior a £ 800.000, pois a extensão da linha férrea a construir é menos de metade da extensão exigida para a ligação do interior de Tete com Quelimane ou Pebane, e menos da terça parte da extensão da linha férrea a construir para se realizar a ligação de Tete com a testa marítima do caminho de ferro de Moçambique.

Além disso, como indispensávél complemento de qualquer das ligações de Tete com o mar das Índias por meio dum caminho de ferro, a adopção de Moçambique, de Quelimane ou de Pebane como testas marítimas dessa ligação, exigiria a construção de um porto comercial, de custo superior a 1 milhão de libras; adoptada

que seja a solução Tete-Mutarara-Sena-Beira, evita-se a despesa com a construção de um pôrto comercial, por êle já existir na Beira, e preparado com todas as instalações necessárias a um pôrto aberto à grande navegação, e com capacidade anual, em trânsito de mercadorias, superior a 2,5 milhões de toneladas.

E porque esta última solução exigirá, como dissemos, um dispêndio de dêrca de  $\pounds$  800.000, enquanto que qualquer das soluções, via Quelimane ou Pebane, exigirá muito mais do que o triplo daquela quantia e a solução via Moçambique um dispêndio de cêrca de  $\pounds$  3.500.000, parece não dever haver dúvidas na escolha da solução a adoptar.

E bom será que essa escolha se faça ràpidamente porque ela é urgente, quer sob o ponto de vista económico para se facilitar o desenvolvimento da utilização das nossas possibilidades no distrito de Tete, já largamente verificados, sobretudo quanto a minérios, com mercados de consumo assegurados; quer, sob o ponto de vista político, para se facilitar a justa renumeração a importantes capitais nacionais e estrangeiros já investidos em explorações do distrito de Tete, e para se facilitar o aumento da colonização portuguesa do distrito, sobretudo nas suas regiões planálticas, próprias para a fixação da raça branca, quer finalmente para se poder utilizar largamente a mão de obra indígena, facilitando o seu emprêgo em explorações do distrito, forma essa ainda das mais eficazes para ir integrando na civilização todos quantos ainda vivem no regime do indiginato, ao mesmo tempo que se lhes proporcionariam recursos para pagar na colónia os impostos que a soberania do Estado justamente lhes exige.

E o dispêndio a fazer com a construção do caminho de ferro de Tete ràpidamente encontrará compensação porque, ao contrário do que sucede geralmente com novos caminhos de ferro em África, onde êsses elementos materiais de trabalho é que vão provocar o início da utilização das possibilidades da terra dentro da sua natural zona de influência, decorrendo, por vezes, muitos anos antes que tráfego apreciável procure o novo caminho de ferro, com o de Tete dá-se a circunstância muito especial de, não só o novo caminho de ferro ir já encontrar o distrito com uma notável tendência para o seu desenvolvimento económico, como o prova o enorme aumento que de ano para ano o seu movimento de importação e exportação vem acusando, e acima ficou registado, mas por existir já em Tete abundância de tráfego a transportar, como é o do carvão, que só espera pelo novo caminho de ferro para dos locais da sua produção seguir para os mercados de consumo, prevendo-se que, só em carvão, o tráfego do novo caminho de ferro atinja, por ano, e logo que entre em exploração, algumas centenas de milhares de toneladas.

É certo que o caminho de ferro de Tete; facilitando a vinda ao pôrto da Beira de carvão português da colónia de Moçambique, para por aquele pôrto ser exportado, ou nêle ser vendido para consumo da navegação que pelo pôrto passa, vai prejudicar, e notàvelmente, o carvão do Transvaal que actualmente vem a Lourenço Marques, e o da Rodésia que possa vir ao pôrto da Beira; e prejudicá-los pela concorrência que o carvão português fará naqueles portos, e decerto com notável êxito, aos carvões estrangeiros da África Central.

¿ Mas será de aceitar demorar a construção do caminho de ferro de Tete para que o carvão português daquele distrito não vá afrontar a venda de carvões estrangeiros em portos portugueses?

Bem basta o notável prejuizo que à colónia de Moçambique foi provocado e se tem mantido por influência da mina de carvão do Transvaal, impedindo, desde 1905, que o nosso caminho de ferro da Suazilândia se prolongasse além da nossa fronteira a internar-se naquela colónia inglesa onde há importantes jazigos de óptimo carvão.

É que dessa forma poderia vir até Lourenço Marques o carvão da Suazilândia que, no nosso pôrto, certamente substituíria o do Transvaal, quer pela sua melhor qualidade, quer pela muito menor distância a que ficava daquele nosso pôrto.

LISBOA DE LIMA



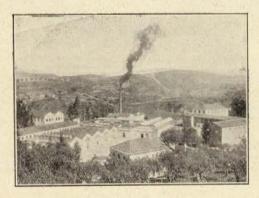
# Companhia do Papel do Prado

Medalhas da Exposição

### Caracteristicas da sua actividade

DENTRE as instituições industriais mais importantes e modelares do nosso País, destaca-se, a Companhia do Papel do Prado, pela marcha progressiva que tem distinguido a sua vida laboriosa, desde a sua tundação em1782 por concessão do Estado em alvará do grande Ministro de D. José I, o Marquês de Pombal.

Sociedade anónima de responsabilidade limitada dispondo de um capital de 7.000.000\$00 Esc. representado em acções, é proprietária das fábricas Prado, Penedo, Sobreirinho em Tomar, Casal d'Ermio em Lousã, a cujo efectivo jun-



TOMAR - Fábrica do Prado

tou, mais recentemente, as de Marianaia e Vale Maior em Albergaria-a-Velha.

O pessoal que emprêga nas suas fábricas ascende a cêrca de 1.000 pessoas, o que põe em relêvo o seu alto valor económico e social.

As suas fábricas, convenientemente apetrechadas, dispõem do material mais aperfeiçoado, num conjunto de 9 máquinas, das quais 6 planas continuas e 3 redondas, garantindo não só uma produção média anual de 8 milhões de quilos de papel, como também a execução rápida e perfeita de qualquer encomenda.

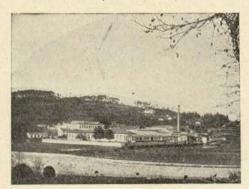
Os prémios e honrarias com que tem sido distinguida, em todas as exposições a que tem concorrido, provam, com toda a evidência, a excelência e qualidade dos seus produtos.

Instalada em Lisboa, onde tem a sua Sede na Rua dos Fanqueiros, 278, 2.º — Telefone



LOUZAN - Fábrica do Penedo

A. 2 2331, é servida por um armazem vastíssimo na mesma rua n.ºs 270 a 276—Telefone A. 2 2332, onde mantem sempre em depósito a maior



ALBERGARIA-A-VELHA - Fábrica de Vale Maior

quantidade e variedade de papéis para escrita, impressão e embrulho.

Por todas estas características, a Companhia do Papel do Prado, impõem-se, como mais um organismo que honra a Indústria Nacional.

# COMPANHIA COLONIAL DO BUZI

### Produção Agrícola

UNDADA por sub-concessão da Companhia de Moçambique em 1898, para empreendimentos agricolas, mineiros, comerciais e industriais, esta Companhia, tem sob a sua administração e domínio, uma área superior a 498.000 hectares, isto é, toda a circunscrição do Buzi e uma população indígena de 21.336 almas.

A história desta Companhia, não fugindo à regra geral da de todas as grandes emprêsas coloniais, teve a servi-la a tenacidade heróica de um punhado de vontades, que nem sempre teriam vencido, mas nunca abandonaram a luta, no firme propósito de valorizar

as terras que lhe haviam sido concedidas.

E o facto mais sintomático dessa luta tremenda, era constituído pela particularidade dos terrenos mais férteis, serem os mais sujeitos a inundações, de tal modo nocivas às plantações que em 1900 a «Inhanguvo Sugar Estates» situada na margem direita do rio, emprêsa inglesa e de largos recursos, se viu compelida a desfazer-se de todas as suas propriedades, vendendo-as à «Companhía Colonial do Buzi».

Onde a tenacidade britânica, tão característica e metódica sossobrou, manteve-se a vontade de vencer dos portugueses que têm orientado os destinos desta

Companhia.

O ano de 1927, marca porém uma nova fase na

vida da Companhia.

Num ritmo acelerado, o plano geral de fomento iniciado, começa a traduzir-se em obras definitivas e de um alcance prático, de que o presente faz antever as possibilidades e o futuro há de corroborar decerto.

Ao plano de fomento agrícola da Companhia, importava, primeiro que tudo, evitar que êle estivesse à mercê das variações de um clima de que a experiência demonstrara, até então, a irregularidade, dadas as estiagens prolongadas.

Era preciso evitar êste manancial de prejuízos possíveis, que convertia a agricultura em quási um

jôgo de azar.

Era preciso conquistar a terra de modo a torná-la o mais possível maleável, isto é, produtiva.

E como os terrenos da Companhia fôssem situados numa zona em que as chuvas só muito raramente poderiam ser regulares e suficientes, o problema de irrigação apresentou-se, aos olhos dos dirigentes da Companhia, como solução única e prática, para o bom êxito das plantações.

Esta, a razão que levou a Companhía a abrir os canais de M'Dundo, Inhamita e Marginal, alimentadas

pelos rios Buzi e Save.

Três estações elevatórias drenam a água dos rios para os canais, por meio de bombas aspiratórias accionadas por 4 motores, 3 a gás pobre e 1 a vapor, com a potência de 120 H. P. os 3 primeiros e de 32 o último.

Os canais por sua vez servem uma rede de distribuição, constituída por canais secundários.

Dêste modo, a Companhia dotou os terrenos sob sua administração dos elementos necessários a um rendimento compensador do capital investido nas plantações.



Visita de S. Ex. a o Ministro das Colónias ao Buzi em Agosto de 1932

Para evitar as cheias das baixas do M'Dundo ainda a Companhia fez construír um dique que serve de estrada agrícola com 4 metros de leito ao longo da margem do rio Buzi, numa extensão de 3,5 quilómetros. Sôbre o canal de M'Dundo um atêrro tem a mesma função de estrada agrícola, e é atravessado por um tubo de drenagem com 1m,80 de diâmetro, provido de comporta automática, para regulação dos serviços de distribuição pelos canais secundários que êle alimenta.

Uma obra de hidráulica agrícola, já de si notável como obra de engenharia, e também de longo alcance económico como o decorrer dos tempos o provará.

Uma vez dotados os terrenos das condições necessárias a uma exploração agrícola tanto quanto possível regular, a experiência aconselhou a Companhia a adoptar um sistema de colonização para o amanho e cultivo das suas terras.

Êsse sistema, particularmente interessante, consiste em dotar o colono de uma certa área de terreno, onde só cultivará, o que os técnicos experimentados da Companhia lhe aconselharem. Esta, oferece-lhe então, alfaias agrícolas, gado de tracção, mão d'obra indígena, habitação, etc., financiando todas as despesas que o colono tenha de fazer, para o bom andamento dos trabalhos agrícolas, embolsando, uma vez feitas as colheitas dos géneros, que adquire aos preços do mercado, o capital investido nas sementeiras e trabalhos agrícolas e tornando o colono co-participante nos lucros que aufere. Desta forma o colono, trabalhando para a Companhia, não deixa de olhar para o seu próprio interêsse, o que é sempre um incentivo, com que êle e a Companhia só têm a ganhar.

Mas para que êsse incentivo se radique ainda mais, no espírito do colono, acresce a circunstância de êle poder tornar-se proprietário das terras que lhe foram entregues ao fim de 20 anos de trabalho, o que dá um significado social, particularmente interessante

ao sistema.

As culturas autorizadas pela Companhia aos seus colonos têm sido: milho, arroz, feijão, gergelim, algodão, tabaco, batatas, cana doce e amendoim.

Em regra as culturas são feitas mecânicamente o que é um sintoma do espírito progressivo de quem superiormente dirige os trabalhos agrícolas da Companhia.

Além da exploração agrícola a cargo dos colonos, a Companhia nos campos por ela arroteados, cultiva em larga escala a cana de açúcar, o arroz e a palmeira.

#### Produção industrial

O apetrechamento industrial que a Companhía utiliza para a transformacão dos produtos das terras consta de: 2 fábricas açucareiras, uma no Save com uma capacidade de 7.000 toneladas e outra em Inhanguve para 14.000 toneladas (antiga fábrica da Inhanguve Sugar Estates); dois fornos de cal na Estaquinha; uma estância para serração de madeiras; uma fábrica de cerâmica e outra de moagem; um estaleiro para construção de material de transporte fluvial e marítimo.

Com êste apetrechamento está a Companhia habilitada a quási bastar-se a si mesmo, pois dispõe dos meios necessários para a produção e transformação

dos produtos.

Dentro da sua economía pesa como factor essencial a produção de açúcar que exporta em grandes

quantidades.

Por isso as suas fábricas açucareiras lhe têm merecido os maiores cuidados, sendo dotadas do material mais aperfeiçoado de modo a aumentar a capacidade de produção, das mesmas.

Os tipos de açúcar que a Companhia produz para lançar nos mercados são de qualidade superior e das categorias: branco, amarelo, cristal grande e

amarelo, cristal médio.

Como corolário da sua indústria açucareira, tem-se dedicado a Companhia, à produção do alcool industrial, para aproveitamento dos melaços, obtendo dêste modo, um carburante que aplica nos motores que acionam os vários mecanismos de que dispõe.

Para êsse fim instalou em Inhanguve uma fábrica de destilação contínua com a capacidade de 40.000

litros de môsto destilado em 24 horas.

Éste alcool, é depois retificado em outra fábrica que dispõe de um aparelho rectificador e que produz 3,000 litros de alcool por cada 24 horas.

3.000 litros de alcool por cada 24 horas. Actualmente a Companhia produz em média, 30.000 litros de alcool industrial, para os serviços da

sua exploração.

Este carburante, a que a Companhia deu o nome de «Buzinina», representa uma economia tão grande no custo da exploração que reduz o preço do custo da cana de açúcar, a proporções verdadeiramente notáveis.

Procuram por essa razão, os seus dirigentes, aumentar a produção do carburante, dados os resultados interessantíssimos a que a prática os tem con-

duzido.

E dêste modo a Companhia conta com uma fôrça-motriz para a sua exploração, particularmente

económica.

Os macissos de cal da Estaquinha dão-lhe a matéria prima para as obras de construção a que se tem votado, quer na solução do problema vital da irrigação dos terrenos, quer na edificação de fábricas nas propriedades que administra ou são administradas pelos colonos, quer aínda na construção de edificações para habitação dos mesmos.

De igual modo a sua fábrica de cerâmica fornece o tijolo necessário para as construções e edificações; a sua estância de serração, a madeira das suas florestas, devidamente transformada e que permite tambêm a existência de estaleiros para as construções navais de que a Companhia necessita para o tráfego de mercadorias nos rios navegáveis.

Na sua fábrica de moagem, transforma o milho produzido pelas propriedades que o cultivam e que alêm de contribuir para a alimentação do seu pessoal e do indígena, ainda permite uma exportação apre-

ciável.

#### Transportes

A uma emprêsa proprietária de uma tão grande extensão de terreno cultivável, o aumento progressivo ou intensivo da sua produção, seria inútil ou quási inútil, se não tivesse a servir a região que explora, uma rêde de transportes em condições de tornar rápida e económica, a saída dos seus produtos.

Assim o entendeu a Companhia que, a expensas suas e de comum acôrdo com outra sua congénere, construíu 417 quilómetros de estradas nos territórios de Manica e Sofala, os quais utiliza, por meio de pontões sôbre o Save e sôbre o Buzi que permitem o

transporte de pessoas e veículos.

Alêm do caminho de ferro que faz serventia às plantações de cana de açúcar, no Save e no Buzi, a Companhia tem quási completo o caminho de ferro do vale do Buzi que parte do cais fluvial de Inhanguvo, segue ao longo do baixo e médio Buzi para terminar na Estaguinha.

O movimento dêste caminho de ferro no transporte de tráfego durante 1930, resume-se no quadro

seguinte:

Milho e outros produtos agrícolas.	1.540	toneladas
Madeiras, lenha e carvão	9.000	
Cal	600	
Tijolos	300	
Cana Sacarina	77.000	15
Carga diversa	360	
TOTAL	88,800	toneladas

Computando-se o valor dos fretes pelo transporte de mercadorías pertencentes aos colonos, em £ 1950

Para transporte das mercadorias pelos rios Save e Buzi dispõe a Companhia, de 4 rebocadores para



Ponte do Canal de Inhamita

um total de 208 toneladas úteis de carga, providos de motores a alcool de 100, 60, 35 e 60 HP; 3 batelões para uma carga de 380 tonelas úteis e quatro lanchas providas de motor a alcool, para passageiros.

Da breve exposição que temos feito sôbre o que sejam os meios de produção, transformação e escoamento de que dispõe a Companhia Colonial do Buzi, fácil é deduzir o seu valor agrícola, industrial e comercial, como factores que valorisam não só a economia da Colónia, como também a economia do país.

As obras a que se tem votado, falam por si, mais alto que todos os argumentos. Os seus terrenos, mercê das grandes obras de irrigação a que a Companhia meteu ombros, são hoje os mais férteis de toda a provincia de Moçambique e constituem um

tomando o sistema de cultivo, por colonização, é uma das características mais interessantes, da marcha progresssiva, inevitável, da Companhia.

Os cuidados a que votam o cultivo, pela análise prévia dos terrenos, por técnicos competentes, demonstram o critério prático a que preside o aproveitamento do solo. A cultura mecânica, hoje em dia indispensável em qualquer empreendimento de carácter agrícola, mostra, além de uma inteligente compreensão do valor do tempo, um critério moderno do amanho da terra, visando uma produção mais intensa e regular. Em toda a acção da Companhia e particularmente no quinquénio que vai de 1927 até à presente data, a sua actividade tem sido febril, como o demonstram bem claramente as considerações que vimos fazendo. Esforça-se êste grande organismo de fomento agrícola e industrial, em baratear o preço



Canal de Inhamita-Ponte Canal

campo aberto às mais variadas culturas e apuramento de espécies.

Não cansa a Companhia, no propósito de valorizar as terras, por meio de uma irrigação farta e contínua.

Assim se explica o aumento das suas estações elevatórias que de 1930 até à data já foram enriquecidas com mais, a de Manguena, alimentada pelo rio Buzi, servida por um motor de 180 cavalos e 4 bombas de aspiração.

O material que emprega nestas estações, escolhido no sentido de um maior rendimento, garante o caudal de água necessário à irrigação de uma larga faixa de terreno, que é já hoje, um grande elemento de riqueza para a Companhia. Uma obra inteligente, realizada a poder de tenacidade, de energia e de capital.

O desenvolvimento que de ano para ano vem

de custo dos seus produtos, pelo desenvolvimento dos seus recursos próprios.

A saída das suas mercadorias faz-se, como vimos, à custa dos seus próprios meios de transporte que, ou sejam terrestres, de caminho de ferro, fluviais ou marítimos, são sempre efectuados em veículos da Companhia; combóios e vagões da Companhia; ba-

telões e rebocadores da Companhia.

A influência de uma organização desta natureza, no preço de custo da mercadoria, só não é assinalável, para quem desconheça o valor que tem, em terras do ultramar, o problema dos transportes, cujos onus, muitas vezes, colocam as mercadorias nos cais de embarque, em condições de inferioridade manifesta, para com a concorrência de nacionais e estrangeiros, comprometendo os destinos das empresas.

O papel social que a Companhia desempenha

# A INDÚSTRIA DE QURIVESARIA

A ourivesaria e joalharia portuguesas encontraram no espírito de iniciativa de Anibal Tavares, um animador e um propugnador do bom nome e prestígio da indústria que as serve.

Uma visita ao seu estabelecimento na Rua da



JARRO DE PRATA CINZELADA ESTILO MANUELINO Executado nas oficinas da Casa Anibal Tavares

Prata, n.ºs 95 a 97, dá-nos a medida do bom gosto e magnífica orientação profissional, que distinguem quem superiormente o dirige.

E por que as suas qualidades de técnico o elevam no conceito da própria classe, Anibal Tavares, junta aos afazeres do seu comércio, os do cargo com que o honraram, elegendo-o vice-presidente da Associação dos Ourives do Sul e representante da ourivesaria nacional, nas Feiras de Amostras de Angola

e de Moçambique, onde os seus mostruários obtiveram o acolhimento mais interessado e o entusiasmo mais justo.

Individualmente, tem concorrido a várias exposições onde obteve diversas medalhas de honra.

É ainda de hoje, o êxito que tem distinguido o seu «stand» actual na Grande Exposição Industrial Portuguesa, onde grangeou os mais francos aplausos pela excelência do seu mostruário.

Por isso a sua casa tem certamente assegurado



JARRO E BACIA DE PRATA CINCELADA ESTILO D. JOÃO V Executados nas oficiuas da Casa Anibal Tavares

um lugar de destaque no mercado de Lisboa e a ela acorrerão todos aqueles que, no desejo de enriquecerem os seus haveres, querem ao mesmo tempo ser bem servidos em qualidade e perfeição.

na região que administra é também para destacar, dada a sua função civilizadora e humanitária.

Possui a Companhia uma escola de instrução primária, com uma concorrência apreciável, não só de filhos dos europeus ao seu serviço, como tambêm, dos filhos dos nativos.

Ali se ministra o ensino da nossa língua, o que não precisa anotar-se, dado o alto significado que o facto representa por si.

Tem ainda a Companhia o seu hospital priva-

tivo, convenientemente apetrechado e em condições de prestar serviços de tal monta, que até o próprio observador estrangeiro, não tem ficado indiferente ante a instituição criada.

E assim, a Companhía Colonial do Buzí, se tem direito à consideração do meio colonial português, tem mostrado com tôda a evidência que bem o merece, pelas afirmações de vitalidade em que se empenha, para usufruto de benesses justos e enriquecimento do nosso Império Colonial.

## Companhia dos Diamantes de Angola

«Basta olhar para isto que está feito, para avaliar a obra da Companhia e para reconhecer a U. Ex.a, sr. coronel Brandão de Meto, o direito de me dizer: Veja e admire.»

STAS foram as palavras que numa síntese de justificado orgulho, marcaram a atitude de Sua Ex.ª o Sr. Ministro das Colónias, ante a obra de valorização industrial das terras da Lunda, levada a cabo pela Companhia de Diamantes de Angola, desde a sua fundação.

Explorando uma região mineira, onde existem actualmente 22 minas em laboração, divididas em três grupos: Cassanguídi, Paiva de Andrada e Luaco-Maludi, tratou, em 1931, 95.000 toneladas de cascalho diamantífero donde extraiu mais de 350.000 quilates, isto é, mais de 70 quilos de diamantes, devendo ser aínda amaior a produção do corrente ano.

Para a laboração da indústria, dfspõe a Companhia de 2 centrais hidro-eléctricas: uma de 85 H. P., abastecendo de luz e fôrça motriz as oficinas de Dundo, e outra de 250 H. P., que fornece parte da energia necssária ao grupo de explorações de Paiva de Andrada; 20 locomóveis com a potência global de 900 H. P.; 22 instalações mecânicas, montadas com material aperfeiçoadíssimo, para o tratamento do cascalho diamantifero; centenas de vago-

netas, girando sôbre carris, utilizadas no transporte do mesmo cascalho; uma camioneta especial para transportedos "concentrados; uma estação central de escolha, onde funcionam separadores magnéticos, mesas engorduradoras enfim, todo o material necessário a uma indústria importante e particularmente rica, que porisso mesmo carece de precauções e cuidados, dada a natureza delicada do produto que explora.

O coeficiente do seu valor social ressalta dos números que exprimem o pessoal que a serve: 120 brancos e 5.500 negros, dos quais 3.500 trabalhando pròpriamente, nas minas. Nada mais seria preciso para se reconhecer o valor déste organismo. Se porém acrescentarmos, aos números, os factos que demonstram a assistência que a Companhia presta ao seu pessoal branco fornecendo-lhe gratuítamente casa, luz, alimentação, médico, farmácia e diversões e dispensando também ao pessoal negro um disvelado tratamento de que é índice claro, a percentagem de voluntários (cêrca de 75%) que nele conta, alcançamos a medida justa do que socialmente vale uma organização industrial desta nutureza.

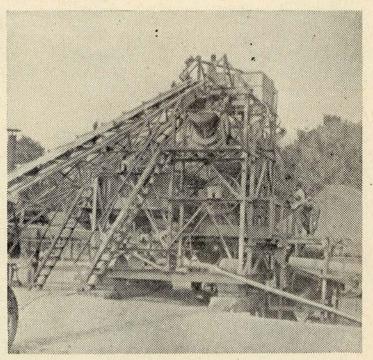
Sob o ponto de vista económico, a Companhía de Diamantes de Angola pesa como um organismo de alto valor, que é mister impôr ao aprêço público

Desde a sua fundação, a nossa grande Província ultramarina foi dotada com 700 quilómetros de estrada, dos quais apenas 300 servem exclusivamente a zona de exploração mineira, e os quais, a Companhia construiu, mantém e conserva à sua custa.

Mas o benefício que da sua acção resulta para a nossa grande Colónia, vai mais àlém.

Um golpe de vista sôbre alguns dados estatísticos basta para nos elucidar sôbre o alto significado económico da Companhia.

Com efeito, ela concorreu para a economia da Colónia, no



passado ano de 1931, com: 5.355 contos, de compras de géneros e mercadorias diversas; 2.974 contos, de transporte das mesmas; 356 contos, de despesas feitas com o recrutamento de trabalhadores; 150 contos, de reservas dos salários de trabalhadores contratados enviados paro as circunscrições de origem; 4.140 contos, de pagamentos de salários na região das minas; 373 contos, de pagamentos de salários extraordinários e 800 contos, de compras feitas directamente ao indígena. Em 1930 e 1931, pagou a Companhia, de direitos de importação, cêrca de 765 contos, nas alfândegas do Lobito e do Dundo.

Os produtos da Colónia que ela adquire em maior quantidade ascendem a um global de 200 toneladas por ano, repartido pelos seguintes géneros: peixe sêco, sal, açúcar, arroz, sabão e café.

Desde a sua fundação a província de Angola já recebeu £ 549.601 de comparticipação de lucros, verba esta que acrescida do valor dos empréstimos feitos pela Companhia à Colónia e reembolsáveis a partir de 1935, atinge nada menos de £ 1.265.753.

Também a Metrópole não é estranha à influência económica da Companhia.

A média aproximada de 300 contos anuais só em vinhos e conservas que a Metrópole lhe fornece, verba que deverá atingir a cifra de 1.600 contos, uma vez esgotada a existência de outras mercadorias em depósito; os 1.554 contos de impostos pagos ao Estado em 1931 e que se elevarão a 1.700, no ano que decorre, são núz meros que, àlém de outros, demonstram com nitidez, a latitude do valor económico da Companhía de Diamantes de Angola.

Não é pois de estranhar que, na hora nacionalista que os povos 'atravessam, nos orgulhemos da obra gigantesca que portugueses veem realizando há anos, em terras do nosso património ultramarino, a bem da economia nacional.







Stand na Exposição Industrial Portuguesa

Bebedouro na Palanca comportando 8,000 litros Reprodutores Hesteford à direita; Charolan à esquerda

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada com o capital de 13.995.000\$00, tem a sua sede em Lisboa, na Rua Vitor Cordon, n.º 12, s/l; a sua sede de África em Sá da Bandeira e a sede do seu Comité Financeiro, na Banque des Interêts Français 23, Rue Louis le Grand em Paris.

Disfruta hoje de uma situação de destaque mercê do impulso que há cêrca de 4 anos, lhe foi dado, pela modificação das suas condições financeiras.

Como principal criadora de gado, em actuação na Província de Angola, possui em Ediva, Tchipa, Palanca, Calueque e Tchifito, postos em que têm construído tanques carrapaticidas, abrigos para o gado, beb zdouros e abertura de poços.

O número de cabeças de gado vacum que constitui o efectivo do seu rebanho enorme, orça por 10.476 rêses das quais 75 % são fêmeas, permitindo antever por isso, uma natalidade sempre crescente, a enrique-cê-lo.

Éste efectivo, reparte-se pelas áreas das concessões, algumas de 30 a 40 mil hectares,

que a Companhia administra, metódica e convenientemente agrupado. As forragens e cereais são fornecidas por a sua lavoura privativa nos terrenos da concessão, o que traz consigo, uma economia, característica da orientação inteligente dos destinos da Companhia. A sua acção não se limita porêm à criação de gado. A indústria do leite e seus derivados tem merecido as atenções dos dirigentes

A sua acção não se limita porêm à criação de gado. A indústria do leite e seus derivados tem merecido as atenções dos dirigentes da Companhia, para o que adquiriu na metrópole um lote de vacas leiteiras, que distribuíu por fazendas adquiridas, por aluguer, à Companhia do Sul de Angola. Com elemento fomentador da economia de Angola, a Companhia de Mossâmedes, tem ainda no activo das suas gestões, o facto de ser hoje, o principal accionista da Companhia do Sul de Angola.

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada com o capital de 6.000.000\$00; sede na Rua Vitor Cordon, 12, s/l; entrega-se esta Companhia a dois ramos de actividade: exploração industrial e exploração agrícola.

No ramo industrial está compreendida a fabricação de conservas de peixes tais como : atum, sarrajão, merna, filetes de cavala, corvina e ovas de atum, para consumo na própria Colónia e exportação para o mercado italiano, em especial.

Visando o mercado indígena, também fabrica sardinha e carapau em conserva.

Como consequência desta indústria, a Companhia negocia em óleos de peixe de fabricação esmerada e farinha de peixe, produção esta, que os mercados sul-africanos absorvem.

O peixe sêco em salmoura e o prensado, são também produções da emprêsa.

Vai dedicar-se a Companhia, à exploração de um novo produto, "Pasta Azotada de Peixe,", destinado a um mercado compensador, dadas as qualidades nutritivas e reconstituíntes que o caracterizam. Para êsse fim estão já adiantados os trabalhos de montagem da respectiva fábrica. Em Mossâmedes e Cabo



Stand na Exposição Industrial Portuguesa

Negro é proprietária de importantes salinas em via de desenvolvimento. Possui armações de pesca em Pôrto Amélia, Baba e Pôrto Alexandre donde extrai o peixe para a sua fábrica de Mossâmedes. No ramo agrícola, explora um núcleo de propriedades importantes, para fornecimento de géneros ao seu pessoal numeroso e aprovisionamento da própria população de Mossâmedes.

Também se dedica à criação de gado suino e galináceos, cujas raças vem apurando com método e cuidado disvelo. Intimamente ligada à Companhia de Mossâmedes, não será de estranhar que, pelas suas características, a Companhia do Sul de Angola, desempenhe um lugar proeminente na economia da nossa Província de Angola.

# ESTATÍSTICA

### Indices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1914 1929		193	1932	
DESIGNAÇÃO	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Agosto	Junho
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1,471	1,505

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

### Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lishoa, em Junho de 1932

(Valores em escudos)

		ACT		PASSIVO			
BANCOS		IXA	Letras descontadas		D-48-	Post Here	
	Depósitos noutros bancos	sôbre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo		
Banco de Angola (Séde)	33.619	16.185.612 574.535	1,612,309	16.872.273 1.318.975	11.920.708 987.344	1.980.864	
Banco do Comércio e Ultramar. Banco N. Ultramarino (Séde).	163.023 5.309.024	1,480,649	60.479.671	59.552.926	38.233.482	67.189.303	

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

### Médias das cotações de produtos coloniais no mês de Agosto de 1932

DESIGNAÇÃO	Colónia	Colónia Unidade	Colónia Unidade ———————————————————————————————————		9	DIA 16		DIA 23		DIA 30	
Distriction	Colonia	Chiana	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	
Operações rea	lizada		Bolsa	de M	ercade	orias	de Lis	boa			
Algodão . Arroz (descascado) . Cacau fino . Café Cazengo . Coconote . Milho Luanda e Benguela .  """ """ "" "" "" "" "" "" "" "" "" ""	Angola S. Tomé Angola  > > > > > > > > > > > > > > > > > >	Quilo  Arroba  Populo  Quilo  N  N  N  N  N  N  N  N  N  N  N  N  N	\$72 	65\$00		46\$00	\$72 	45\$00 84\$00 	\$60 	46\$00 65\$00 16\$00 ———————————————————————————————————	
Cacau consumo.	S. Tomé	For	a da l	Bolsa	43\$00	_	_	_	-	_	
> escolha > fino > paiol Café Libéria > secolha > Novo Redondo > S. Tomé, fino > secolha  Cera Luanda Coconote  Copra Cola Copra Ofleo de palma > secolha > Capra Ofleo de palma > secolha > (Cabinda) > secolha > secolha > (Cabinda) > secolha > secolha > (Cabinda) > secolha >	Angola S. Tomé Angola S. Tomé Angola S. Tomé S. Tomé	> > > > > > > > > > > > > > > > > > >	23\$50 40\$00 	пишинишини	23\$00 		21\$00 32\$00 		21\$00 32\$00 65\$00 32\$50 210\$00 220\$00 200\$00 — 17\$50 — 19\$00		

### Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa em Agosto de 1932

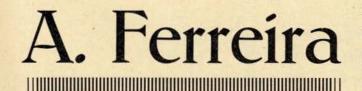
	QUANTIDADES EM	QUILOGRAMAS	VALOR EM ESCUDOS		
MERCADORIAS	1931 Agosto	1932 Agosto	1931 Agosto	1932 Agosto	
Reexportação:	No. of the last of			A CONTRACTOR	
Cacau	1,342,714	1,117,894	2.978.141\$00	2.718.675\$00	
Café	234, 419	88,932	609.834\$00	428.017\$00	
Cêra	20,519	32,992	172.616\$00	260.000\$00	
Outras mercadorias	120,794	263.328	196.355\$00	292.323\$00	
Total	1.718 446	1.503.146	3.956.956\$00	3.699.015\$00	
Trânsito internacional:	Marie St.			To putting	
Cacau	854	5,124	1,900\$00	25,200\$00	
Café	71,291	13,810	209.660\$00	124.900\$00	
Cêra	50.509	777	420,240\$00	-	
Óleos de palma e côco	5.097	-	5,600\$00	- The -	
Outras mercadorias	1.750	316.108	240,600\$00	540,360\$00	
Total	129,501	335,042	878,000\$00	690,460\$00	

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

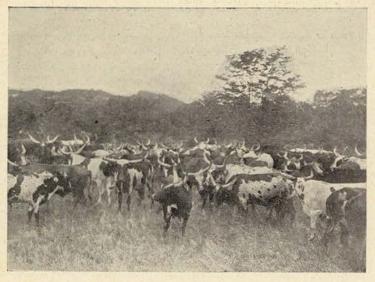
# Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Agosto de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macar e Timor
nportadas das Colónias:		FA		NEW YORK	19 70	Test
Arroz	339,862	_	2,490,359	41,352	_	1
Açúcar	10.966.931	9	7	24,978,237	15	12
Café	1,659,196	17,387	31	456	109.149	-
Trigo em grão	2.172.966	_	-	-	-	-
Peles em bruto	358.072	14.311	147,568		1.111	=
Algodão em caroço, rama ou cardado	288.162	_		733.418		-
Sementes oleaginosas	3.738.631	1.427.403	11.125.795	162,757	2.073.095	-
Milho	-	1		-	2 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	- 4
xportadas para as Colónias:				9		
Vinhos do Pôrto (decalitros)	6, 231	376	399	.9777	199	2.34
» comuns tintos (decalitros)	407.970		45, 629	272,379	39,360	23,44
» » brancos (decalitros)	83,559	2,769	6.047	246.055	3.715	2.83
» licorosos (decalitros)	5.789	653	463	4,067	91	10,13
Conservas de vegetais	136 986	4.731	15,572		8,201	21.60
Sardinhas em salmoura	3.231	53	72	672	362	1.00
Conservas de sardinha,	38.497	2.988	11.040	The second secon	5.181	
Conservas de peixe	655	256	101	1.377	102	and the first

Do Boletim da D. G. E.



**EXIJA** ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.



Manada de gado aguardando embarque para Lisboa

# VENANCIO GUIMARÃES & C.ª

LUBANGO

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em Lisboa

Rua de S. Julião, 23, 1.º

Endereço telegráfico: VOUGA

Comércio Geral, Agricultura, Pecuária e Indústria

Moagem aperfeiçoada de trigo, sistema austro-hungaro, e fabricação de massas alimentícias .

Fornos de cal hidráulica

Agricultores no Bentiaba—(Fazenda algodoeira da Pupa)

Criadores e exportadores de gado bovino

Fábricas de gêlo e exportação de peixe

Agentes no Sul de Angola da Vacuum Oil Company, Inc.

# -UM BÉBÉ-

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíssos

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

Nestlé & Anglo Swiss

Condensed Milk Co

Rua Ivens, 11-13—Lisboa

# Farinha NESTLE

O melhor alimento ara criança:

# Lotarias de Angola Limitada

Instituidas pelo Diploma Legislativo N.º 57 de 27 de Abril de 1929

# SEDE EM LOANDA

Agencias e correspondentes em toda a Provincia

Extracções mensais garantidas pelo Govêrno da Colónia

# Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa e todos os portos da Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

# TODOS OS PORTOS DA PROVINCIA

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E INHAMBANE SERVIÇO QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE, PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — Nogueira, Limitada
Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 32



# Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

# FROTA DA COMPANHIA

r aquotos	100.
NYASSA	9 000
ANGOLA	8.300
QUANZA	6.500
LOURENÇO MARQUES	6.400
MOÇAMBIQUE	6.000
PEDRO GOMES	5.500
ÁFRICA	5.500
Y/	
Vapores de cabotage	m
LUABO	1.385

LUABO	1.385
CHINDE	1.382
IBO	884
AMBRÍS	858
SAVE	765

## Vapores de carga

CUBANGO	
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	
CONGO	5.000

### Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina

QUANZA.

### Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85 PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 22